

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE
CURSO DE PSICOLOGIA

ÂNGELA SCATENA MORETO



“AQUI A GENTE FAZ TUDO QUE O ESTADO NÃO FAZ”: UM ESTUDO
PSICOSSOCIAL SOBRE FORMAS DE RESISTÊNCIAS AO NECROCAPITALISMO
NO JARDIM PARANÁ.

SÃO PAULO

2021

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde

Curso de Psicologia

ÂNGELA SCATENA MORETO

***“AQUI A GENTE FAZ TUDO QUE O ESTADO NÃO FAZ”*: UM ESTUDO
PSICOSSOCIAL SOBRE FORMAS DE RESISTÊNCIAS AO
NECROCAPITALISMO NO JARDIM PARANÁ.**

Trabalho de Conclusão de Curso como exigência parcial para graduação no curso de Psicologia, da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, sob orientação da Prof^a Dr^a Cris Fernández Andrada.

São Paulo

2021

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho é dedicado às pessoas que não sucumbem à apatia e à podridão do capitalismo. Às pessoas que, se espantam, se indignam, se revoltam e se organizam em coletivos que produzem resistência diariamente. Homenageio às e aos militantes que vieram antes e lutaram para que hoje eu pudesse desenvolver estudos e me colocar no mundo de modo anticapitalista, antirracista, anticapacitista, contra a opressão à natureza e à população LGBTQIA+ com muito mais segurança e liberdade que elas puderam.

Também agradeço à Meire e às trabalhadoras do Instituto Caminho da Paz por possibilitarem a existência desse trabalho, pela amizade construída, por sempre me receberem bem, pelos ensinamentos e esperança na luta que elas têm me dado.

Dedico e agradeço enormemente meus pais, Rosângela e Vlamir por terem feito o melhor que conseguiram para me tornar a pessoa que sou, pelas oportunidades que me deram às custas de muito trabalho, pelos conselhos sinceros dados em momentos de decisões difíceis, por acreditarem em mim e por me apoiarem do emocional ao financeiro para que eu conseguisse me manter nessa graduação.

Agradeço às pessoas que conheci na PUC que tornaram minha passagem pela faculdade uma vivência inesquecível. Em especial: Fefe (Fernanda Gomes), Mazita (Mayara Massa), Jô (Giovanna Colombo), Bi (Beatriz Dimenstein), Giubi (Giulia Nogueira), Lares (Larissa Cunha) e Jé (Jéssica Miyaoka). Agradeço também à minha rede de apoio, como um todo, que me banha de acolhimento, escuta, honestidade, diversão, leveza e tanto mais.

Por fim, mas igualmente importante, gostaria de agradecer à minha orientadora, Cris Andrada, pela fala sempre carinhosa, pela escuta acolhedora, por ter compartilhado um pouco de sua trajetória comigo, por ter acreditado no meu potencial e por ser uma imensa referência na trajetória militante dentro da Psicologia.

*É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo
esperançar;*

*porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E
esperança do verbo esperar não é esperança, é espera.*

*Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é
construir, esperançar é não desistir! Esperançar é levar
adiante, esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro
modo...*

Paulo Freire em “Pedagogia da **Esperança**” (1968).

MORETO, Ângela Scatena. *“Aqui a gente faz tudo que o Estado não faz”*: um estudo psicossocial sobre formas de resistência ao necrocapitalismo no Jardim Paraná. Orientadora: Cris Fernández Andrada. Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2021, pp. 90.

RESUMO

O presente trabalho consiste em uma pesquisa participante, de inspiração etnográfica, apoiada no marco teórico da Psicologia Social crítica. Teve como objetivo principal compreender formas de resistência à política de morte característica do capitalismo neoliberal presentes no cotidiano de trabalhadoras do Instituto Caminho da Paz, ONG localizada no Jardim Paraná, São Paulo. Para tanto, primeiro, a autora realizou uma revisão bibliográfica extensa sobre Necropolítica, Necrocapitalismo, racismo e modos de resistência. Também coletou dados acerca do contexto da pandemia e da insegurança alimentar no Brasil atual. Já o material empírico foi coletado durante oito meses de trabalho de campo no local, registrados em Diário de Campo e Álbum de fotografias. Os registros fotográficos foram usados como recurso capaz de alcançar fenômenos do campo que passam pelo não-dito. Posteriormente, o material foi organizado e analisado por meio da discussão de três casos: “Caso 1: Cozinha Comunitária”, “Caso 2: Geração de renda” e “Caso 3: Horta Comunitária”. Como aspectos transversais a todos os casos, caracterizamos: “A coletividade voltada ao bem comum”, “As práticas solidárias” e “O humor”. Assim, a pesquisa caracterizou as condições psicossociais, materiais e simbólicas, que ajudam a compreender *como* a produção coletiva de resistências pode ser produzida no contexto atual, a partir da experiência vivida em campo.

Palavras chaves: Resistência; Necrocapitalismo; Psicologia Social.

Referências centrais:

Andrada, C. F.; Esteves, E.; (2021). Resistências ao trabalho precário por meio de relações solidárias: quatro casos do Brasil. *Quaderns de Psicologia*. Disponível em:

<<https://doaj.org/article/dfb992f8fdbe42d9818df59810be9e40> > Acesso em 30 de setembro de 2021;

Cerqueira, D., Palmieri, P., Pesquisadora, A., Marques, D., Fbsp, P., Reis, M., Ipea, P., Lins, G., Ipea, P., Marques, D., & Pacheco, D. (2019). Atlas da Violência. *Fórum Brasileiro de Segurança Pública/Ipea.*, pp. 108. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>> Acesso em 06 de setembro de 2020.

Miranda, G. (2021). Necrocapitalismo: Ensaio sobre como nos matam. 1ª edição. São Paulo: Lavrapalavra, 2021;

Referências complementares:

Andrada, C. (2010). Etnografias em Psicologia Social: notas sobre uma aproximação fecunda. *Ponto Urbe*. Disponível em: <<https://doi.org/10.4000/pontourbe.1661>> Acesso em 05 de setembro de 2021.

Guerra, E. C.; Guimarães, M. C. R. (2013). Movimentos sociais e transformação societária: concepções teóricas presentes na tradição marxista. *Marx, Marxismos e Serviço Social*. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-498020130001000006> > Acesso em 26 de agosto de 2021.

Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2021. Disponível em: <<http://olheparaafome.com.br/>> Acesso em 12 de setembro de 2021.

MORETO, Ângela Scatena. *"Here we do everything that the State doesn't do": a psychosocial study on forms of resistance to Necrocapitalismo in Jardim Paraná*. Advisor: Cris Fernández Andrada. Faculty of Human Sciences and Health – Pontifical Catholic University of São Paulo, 2021, pp. 90.

ABSTRACT

This is a participatory research of ethnographic inspiration, supported by the theoretical framework of Critical Social Psychology. Its main objective was to understand forms of resistance to the policy of death characteristic of neoliberal capitalism present in the daily lives of workers at Instituto Caminho da Paz, an NGO located in Jardim Paraná, São Paulo. To do so, first, the author carried out an extensive literature review on Necropolitics, Necrocapitalism, racism and modes of resistance. It also collected data about the context of the pandemic and food insecurity in Brazil today. The empirical material was collected during eight months of fieldwork in the territory, recorded in the Field Diary and Photo Album. Photographic records were used as a resource capable of reaching field phenomena that pass through the unspoken. Subsequently, the material was organized and analyzed through the discussion of three cases: "Case 1: Community Kitchen", "Case 2: Income Generation" and "Case 3: Community Garden". As transversal aspects to all cases, we characterize: "The community focused on the common good", "Solidarity practices" and "Humour." Thus, the research characterized the psychosocial, material and symbolic conditions, which help to understand how the collective production of resistance can be produced in the current context, based on the experience lived in the field.

Keywords: Resistance; Necrocapitalism; Social Psychology.

Central references:

Andrada, C.F.; Esteves, E.; (2021). Resistance to precarious work through solidary relationships: four cases from Brazil. *Quaderns of Psychology*. Available at:

<<https://doaj.org/article/dfb992f8fdb942d9818df59810be9e40>> Accessed September 30, 2021;

Cerqueira, D., Palmieri, P., Researcher, A., Marques, D., Fbsp, P., Reis, M., Ipea, P., Lins, G., Ipea, P., Marques, D., & Pacheco, D. (2019). Atlas of Violence. Brazilian Public Security Forum / Ipea., Pp. 108. Available at: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>> Accessed on September 6, 2020.

Miranda, G. (2021). Necrocapitalism: Essay on how they kill us. 1st edition. São Paulo: Lavrapalavra, 2021;

Additional references:

Andrada, C. (2010). Ethnographies in Social Psychology: notes on a fruitful approach. Point Urban. Available at: <<https://doi.org/10.4000/pontourbe.1661>> Accessed on September 5, 2021.

Guerra, E.C.; Guimarães, M.C.R. (2013). Social movements and societal transformation: theoretical conceptions present in the Marxist tradition. Marx, Marxisms and Social Work. Available at: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802013000100006>> Accessed on August 26, 2021.

Brazilian Research Network on Food Sovereignty and Security. VIGISAN: National Survey on Food Insecurity in the Context of the Covid-19 Pandemic in Brazil. Rio de Janeiro: Penssan Network, 2021. Available at: <<http://olheparaafome.com.br/>> Accessed on September 12, 2021.

SUMÁRIO

I.	INTRODUÇÃO.....	4
	I.I Necropolítica e racismo.....	4
	I.II. Pandemia.....	10
	I.III. Necrocapitalismo: Combater a necropolítica é combater o capitalismo..	16
	I.V.	
	Resistências.....	20
II.	MÉTODO.....	23
III.	RESULTADOS.....	28
IV.	DISCUSSÃO.....	64
V.	BIBLIOGRAFIA	
		69
VI.	APÊNDICES	74

I. INTRODUÇÃO

Neste capítulo, apresentamos uma revisão bibliográfica com o intuito de embasar a pesquisa. A linha de raciocínio estabelecida foi: primeiro compreendemos que o funcionamento do sistema capitalista produz mortes de diversas maneiras e em diversos contextos históricos, para no fim, apresentar os modos de produção de vida e resistência frente a isso. Para tanto, dividiremos nos seguintes subcapítulos: “Necropolítica e racismo”, “Pandemia”, “Necrocapitalismo: Combater a necropolítica é combater o capitalismo” e “Resistências”.

No primeiro subcapítulo, apresentaremos o conceito de Necropolítica (Mbembe, 2018) e falaremos sobre a manutenção da estrutura colonial nos países marcados historicamente pela escravidão. Enquanto no segundo, falaremos sobre a pandemia e o agravamento da negligência do Estado com a vida da classe trabalhadora, principalmente negra e periférica.

Já no terceiro subcapítulo, apresentaremos críticas ao conceito de Necropolítica tendo como base o novo conceito de Necrocapitalismo (2021), criado pelo marxista Gabriel Miranda. Por fim, frente a toda a negligência, exploração e a todo o acúmulo de desigualdades históricas apresentadas nos subcapítulos anteriores, o último subcapítulo é dedicado para pensar em formas de resistência e luta; além da introdução do campo onde o diário de bordo foi construído.

I.I Necropolítica e racismo

Em seu ensaio recente, intitulado “Necropolítica” – cuja primeira edição, no Brasil, foi publicada em 2018 –, o pensador camaronês Achille Mbembe, busca definir o conceito de necropolítica a partir da noção de biopoder, criada por Michel Foucault, articulada aos conceitos de soberania e estado de exceção. Sendo os mecanismos de biopoder e do direito de matar, segundo Foucault, inscritos no modo de funcionamento de todos os Estados Modernos (Foucault, 1999), Mbembe busca questionar se a noção de biopolítica é suficiente para caracterizar o exercício

perverso da soberania dos Estados, como no caso dos campos de concentração (Mbembe, 2018).

Para além dos campos de extermínio, o autor busca compreender os fenômenos políticos atuais voltando-se para as especificidades dos contextos marcados pela ocupação colonial. Uma vez que, esses locais permanecem na prática e no imaginário político europeu enquanto colônias. Desse modo, são locais onde a soberania é exercida por um poder à margem da lei, mantendo-se em um eterno estado de exceção ou de “guerra sem fim” (Mbembe, 2018; Pedro & Santos, 2020). Assim, o autor define necropolítica como sendo uma tecnologia de produção e gestão da morte na contemporaneidade (Mbembe, 2018).

Desse modo, com o objetivo de aprofundar os conceitos supracitados, cito o trecho do artigo “Dos condenados da terra à necropolítica: Diálogos filosóficos entre Frantz Fanon e Achille Mbembe”, nas palavras do autor:

Para Mbembe, a necropolítica é a submissão da vida ao poder da morte. Não se trata mais de fazer viver e deixar morrer – como na configuração do poder biopolítico foucaultiano. (...) Porque em termos de necropolítica, o que está em jogo é simplesmente “matar”. Não se mata em função da vida. Trata-se de uma “política de morte”. A morte, o assassinato sistemático existe por si, em função de si mesmo. (Noguera, 2016, p 70.)

Por enfatizar a ocupação colonial na construção de sua análise conjuntural, Mbembe coloca o racismo no centro da discussão sobre necropolítica. Uma vez que, ele ocupa importante lugar de regulador da distribuição da morte, tornando possíveis as funções assassinas do Estado (Mbembe, 2018). Em outras palavras, e destacando a influência dos estudos de Foucault e Hannah Arendt, o autor afirma que o racismo é uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, apresentando-se como condição para tornar naturalizado o fazer morrer (Mbembe, 2018).

O artigo “A violência estrutural na América Latina na lógica do sistema da necropolítica e da colonialidade do poder”, também busca compreender como a

colonização da América Latina deixa marcas nas subjetividades latinas por meio do racismo. Segundo o pesquisador peruano, existe um fenômeno de negação da própria subjetividade dos povos do continente latino-americano, uma vez que, estando imersos em um contexto de subalternização pela classificação racial, são interditados do ingresso na dimensão da esfera pública racional (Oliveira, 2018). Tal fenômeno recebe o nome de “colonialidade do poder”:

(...) a colonialidade do poder também se manifesta pela restrição da democracia, do estatuto dos direitos civis e humanos, enfim, restringe a ordem social da Modernidade aos povos brancos. A colonialidade do poder interdita a vida qualificada, restringe as vidas dos povos não brancos, negros e indígenas à condição de vidas nuas (Oliveira, 2018, p. 56).

A manutenção da estrutura colonial nos países marcados historicamente pela escravidão, intensifica a violência inerente ao sistema capitalista. Nesses territórios, o racismo já serviu como ideologia legitimadora da exploração do trabalho escravo no período de colonização e, atualmente, continua legitimando a superexploração do trabalho, característica de países da periferia do capitalismo (MARINI, 1990). Cabe ressaltar que, além de elemento formador do sistema econômico-político, a violência é um fenômeno complexo e presente nas mais diversas dimensões sociais que serão aprofundadas posteriormente no presente capítulo.

A título de citação, Martins e Lacerda Júnior (2014) sistematizaram tais dimensões a partir dos estudos de Marin Baró em: a estrutural propriamente dita, a institucional, a dimensão do aspecto pessoal e a dimensão ideológica (Oliveira, 2018). No presente trabalho essas dimensões não serão aprofundadas, apenas cabe destacar que, de acordo com o estudo, a violência tem no racismo sua principal manifestação no âmbito institucional (MARINI, 1990).

Nesse sentido, ainda no artigo “A violência estrutural na América Latina na lógica do sistema da necropolítica e da colonialidade do poder”, o autor afirma que devemos tomar cuidado para não significar episódios de racismo de modo

individualizante, enquanto algo pontuais ou enquanto um comportamento desviante (Oliveira, 2018). Bem como no trecho:

Assim, temos que o racismo não é apenas uma manifestação comportamental, mas uma arquitetura lógica interna às dinâmicas da colonialidade do poder e da necropolítica. Isso porque o racismo é uma lógica processual intrínseca a esses processos, independente de eventuais políticas pontuais. (...) O mesmo ocorre com a violência. Não se trata de anomalias ou desvios comportamentais, mas práticas inseridas nas lógicas sociais desses sistemas de poder. (Oliveira, 2018, p. 56)

Diversas autoras e autores negros ressaltam a necessidade de discutir o racismo enquanto fenômeno histórico, estrutural e ontológico, não enquanto evento episódico ou acidental. Entre eles, o professor Renato Nogueira afirmou em uma aula online promovida pela Defensoria Pública do Rio de Janeiro¹, que apenas desse modo, é possível pensar políticas de reparação e enfrentamento efetivo ao racismo. Do contrário, o Estado é desresponsabilizado pela violência que produz e o cidadão ou cidadã que a denunciar, continuará tendo sua narrativa deslegitimada (Szuchman & Lazzarotto & Palombini, 2019). Como afirma Achille Mbembe no trecho:

O racismo consiste em fazer de toda tragédia que ele provoca, um acidente. Em inscrever constantemente a vida do sujeito racializado em uma série infinita de acidentes que não cessam de se repetir. (Mbembe, 2020, p. 3)

O artigo “Criminalização, extermínio e encarceramento: Expressões necropolíticas no Ceará” (2019), compreende outra dimensão das estratégias de provocar a morte da população negra. As autoras e o autor do estudo afirmam que a associação da ideia de periculosidade aos jovens negros e moradores das periferias, torna-os alvos de uma multifacetada lógica punitiva, que tem na violência letal sua maior expressão (Paulo & Barros, 2019). Nessa lógica, ao oferecerem

¹ Aula inaugural - Curso de Extensão Direitos Humanos, Saúde Mental e Racismo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kUCzEwytI2E> (acesso em 05/08/20)

suposto “perigo”, os jovens negros periféricos são considerados como inimigos internos, tendo suas existências desumanizadas e seus corpos considerados “desimportantes” (Mbembe, 2018).

Tal associação preconceituosa, determinista e individualizante, é sustentada pelo discurso hegemônico e largamente reiterado pela mídia, principalmente através do “jornalismo” policial², perpetuando o “mito das classes perigosas” (Paulo & Barros, 2019). Ou seja, por meio da criminalização da população jovem, negra e pobre busca-se “justificar” seu extermínio (idem). O que escancara que a herança racista da colonialidade se mantém presente na democracia liberal atual (idem).

Sobre o tema, Gabriel Miranda coloca que tais mortes podem ser interpretadas como políticas estratégicas para “conter” o excedente da força de trabalho. Transformando as vidas de toda uma classe ou grupo social em mera força de trabalho sem valor, excedente a serem eliminadas por interesse do capital. **Portanto, o genocídio em curso em nada prejudica o desenvolvimento capitalista, pelo contrário, o é útil (Miranda, 2021).**

Outra pesquisa importante que traz estatísticas que comprovam o que foi discutido até aqui é o Atlas da Violência (2019). De acordo com dados oficiais do Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS) trazidos no estudo, a taxa de homicídios no Brasil foi crescente entre os anos de 2007 a 2017.

Sendo o ano de 2017 marcado pelo maior nível histórico de letalidade violenta intencional do país. Os dados ficam ainda mais alarmantes ao levarmos o grupo etário que mais morre, em todos os estados brasileiros, por violência letal: são jovens de 15 a 29 do sexo masculino: grupo o qual a taxa de homicídios por 100 mil habitantes chega a 130,4 em 2017 (Cerqueira et al., 2019).

Ademais, o documento destaca a piora na desigualdade da letalidade racial no Brasil. Na última década analisada (2007 a 2017); “a taxa de letalidade contra

² “Vídeo: JORNALISMO POLICIAL, PORQUE VOCÊ DEVERIA PARAR DE ASSISTIR”, Chavoso da USP. Acesso em 14/10/21, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WjQfEDIXwTc&t=1212s>

peessoas negras cresceu 33,1%, enquanto a de não negros apresentou um pequeno crescimento de 3,3%” (Cerqueira et al., 2019). A disparidade dos números aponta que, em relação à vulnerabilidade à violência, **é como se negros e não negros vivessem em países completamente distintos** (Cerqueira et al., 2019). Nesse sentido, outro artigo recente publicado pela revista Geousp, sintetiza o fenômeno:

As periferias urbanas pobres e negras, concentradoras das estatísticas da violência homicida aparecem simultaneamente como produto da necropolítica e da condição para a perpetuação do controle dos grupos sociais marginalizados. (Gomes & Silva, 2018, p. 706)

Cabe ressaltar que, o Atlas da Violência (2019) traz outras informações importantes para pensar a interseccionalidade das lutas sociais. O documento registra o aumento dos casos de feminicídio e discute se, entre os anos estudados, houve, efetivamente, o aumento real de homicídios contra mulheres ou se houve uma considerável diminuição da subnotificação.

Porém, é necessário apontar que as taxas aumentam de modo desigual de acordo com a raça/cor: os homicídios de mulheres negras cresceram 29,9%, enquanto a taxa de mulheres não negras teve crescimento de 4,5%, entre 2007 e 2017. O que evidencia a enorme dificuldade do Estado brasileiro em garantir políticas públicas que promovam a proteção das mulheres, em especial, das mulheres negras (Cerqueira et al., 2019).

Outro grupo marcado pela subnotificação histórica de dados e estatísticas oficiais é a população LGBTQIA+. Desse modo, o Atlas da Violência 2019, trouxe uma seção inédita para abordar a questão da violência contra a essa população, sinalizando a escassez de dados disponíveis e a necessidade de melhorar os dispositivos de coleta e monitoramento de dados estatísticos e indicadores relativos à temática. Além disso, o documento articula dados relacionados à escolaridade, estado civil, local do incidente e outros que não serão explorados na presente pesquisa.

I.II Pandemia

Como já discutido anteriormente, países latino-americanos, como o Brasil, constituíram-se através dos processos de colonização e escravização dos povos tradicionais e originários do continente africano. Suas trajetórias historicamente violentas, estruturaram sociedades extremamente desiguais que seguem reproduzindo, até hoje, práticas coloniais. Cabe ressaltar que, para compreender os impactos da atual crise sanitária – política, econômica, social, ética e ambiental – causada pela pandemia mundial da COVID 19, é preciso não perder de vista tais condições estruturais de países do Sul Global introduzidas anteriormente.

O artigo recente, chamado “Máscara e homem negro: entre o contágio e o racismo em um regime necropolítico”, destaca que o controle do contágio em países latinos e africanos sempre foi uma preocupação dos órgãos supranacionais em um cenário pandêmico. Isso porque as condições de vulnerabilidade da população negra são historicamente sustentadas (Pedro & Santos, 2020), principalmente devido à escassez de medidas de reparação histórica após a suposta libertação dos escravos.

Desse modo, a precarização das condições de trabalho, a falta de acesso à aparatos públicos de saúde de qualidade, as más condições de saneamento e moradia, combinadas com uma política de segurança pública racista com intensa violência policial, expressam-se no corpo negro como “comorbidades sociais” (Pedro & Santos, 2020). Portanto, as condições sociais preexistentes expõem a população negra e periférica a um maior risco de contaminação e à uma maior letalidade do vírus: escancarando a profunda e brutal desigualdade racial (idem) do nosso país.

Segundo o documento “Insegurança Alimentar e COVID 19 no Brasil” publicado no primeiro semestre de 2021 pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PenSSAN), em 2020, 19 milhões de brasileiros estiveram em situação de fome no país. Tendo em vista que em 2018 o

número estava em aproximadamente 10,3 milhões, o contexto da pandemia lançou à insegurança alimentar cerca de 9 milhões de brasileiros(as). Além disso:

Do total de 211,7 milhões de brasileiros(as), 116,8 milhões de pessoas não possuem acesso pleno e permanente a alimentos. Destas, 43,5 milhões não têm comida em quantidade suficiente, e 19,1 milhões passam fome em sua expressão mais absoluta. (PenSSAN, 2021, p.10)

No livro *Necrocapitalismo*, o autor também é enfático ao afirmar que “a atual crise” não é a crise causada pela COVID 19: a pandemia apenas potencializou a crise já existente do capital (Miranda, 2021). Nesse sentido, a banalização da morte em massa de grupos sociais pauperizados evidencia, mais uma vez, que a vida dos trabalhadores interessa ao capital enquanto for útil, enquanto corpo que é mercadoria e nunca enquanto corpo vivo. Assim, conclui-se que:

Não há espaço, no capitalismo, para que a vida dos trabalhadores e das trabalhadoras adquira uma posição de centralidade, pois tal sociabilidade produz o apagamento do ser, reduzindo-o a mera força de trabalho a ser explorada. (Miranda, 2021, p.83)

O cenário pandêmico, trouxe consigo medidas de segurança sanitárias que foram incorporadas ao cotidiano das pessoas, constituindo novos hábitos, tais como o uso de álcool em gel e máscaras. No entanto, o artigo escrito por Rosa e Pedro ressalta que, as medidas estipuladas pela ONU, são concebidas a partir de uma racionalidade neoliberal que protege um ser humano abstrato (Pedro & Santos, 2020), e, portanto, não protege a todos e não considera as complexidades da realidade material.

Entre os diversos atravessamentos invisibilizados, estão os de raça/cor, moradia e saúde. Segundo dados do caderno de Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil do IBGE, em 2018, 17,9% da população autodeclarada preta ou parda residia em domicílios sem abastecimento de água por rede, contra 11,5% da

população branca. No que diz respeito à domicílios sem esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial: 42,8%, contra 26,5% da população branca. E, na porcentagem de lares sem coleta de lixo, em 2018, 12,5% da população negra e 6,0% da população branca (IBGE, 2019).

As condições acima descritas evidenciam violações de direitos básicos que alertam para a dificuldade em seguir as medidas de segurança sanitária, como higienizar as mãos e ambientes com frequência. Vale ressaltar que, a falta de água em diversas periferias do país foi bastante denunciada por lideranças comunitárias desde o início da pandemia³.

O mesmo documento também aponta para o aumento do trabalho informal no Brasil desde 2016 (IBGE, 2019). Sendo que, em 2018, 47,3% das pessoas ocupadas cuja raça-cor era preta ou parda estavam exercendo ocupações informais, contra 34,6% da população branca ocupada (Idem). Sendo a informalidade associada à falta de acesso às garantias de proteção social, ela precariza o trabalho e, portanto, cerceia direitos básicos (Idem). Desse modo, grande parte da população periférica, principalmente negra, tem a necessidade de sair do isolamento para prestar serviços informais na pandemia (Pedro & Santos, 2020).

A exemplo disso, é possível citar a primeira vítima de COVID-19 do estado do Rio de Janeiro: uma trabalhadora que prestava serviços de limpeza em uma casa no Leblon. A família, de classe alta, havia contraído COVID-19 em recente viagem à Itália, mas não comunicaram-na a respeito do diagnóstico, muito menos a dispensaram. Após prestar seus serviços por algum tempo, a trabalhadora passou mal em casa e faleceu no hospital de Miguel Pereira (Pedro & Santos, 2020).

³ <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51954958>
<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/moradores-e-defensoria-publica-denunciam-falta-de-agua-durante-a-pandemia-no-rio/>
<https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2020/07/27/moradores-denunciam-falta-de-agua-em-meio-a-pandemia-em-guaruja-sp.ghtml>
<https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2020/03/periferia-da-capital-sofre-com-a-falta-dagua-durante-pandemia.shtml> e <https://www.politize.com.br/covid-19-e-o-direito-a-agua-saneamento-e-higiene/>

Além disso, a estatística de óbitos confirmados ou possivelmente causados pela COVID 19 explicitam a vulnerabilidade das áreas periféricas da cidade de São Paulo: alvos da necropolítica muito antes da chegada da pandemia. De acordo a figura 1 – anexa em Apêndices – retirada do Relatório situacional COVID 19 divulgado pela Secretaria Municipal da Saúde da do Município de São Paulo, o maior número de óbitos confirmados e suspeitos por COVID-19 até o dia 27 de maio de 2020, foram relativos aos distritos administrativos de Brasilândia e Sapopemba, seguidos por Grajaú, Capão Redondo, Jardim São Luis e Jardim Ângela.

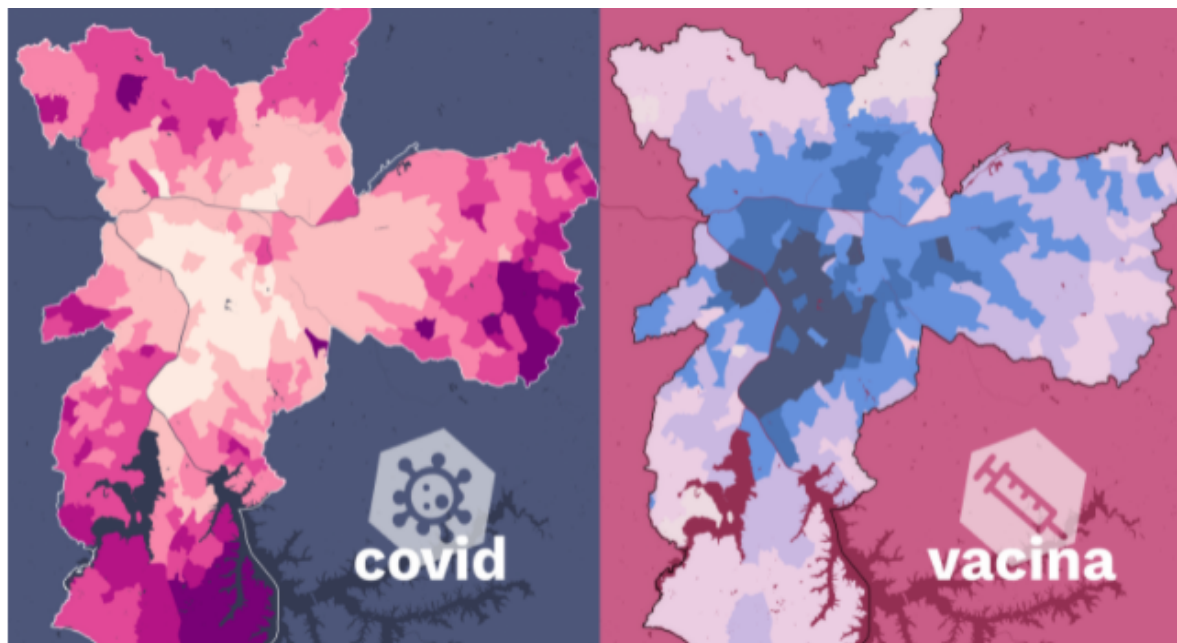
O estudo recente, publicado no final de maio de 2021 pelo Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade (Brito, et al, 2021) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo aponta que os critérios iniciais da campanha de vacinação adotados pela capital foram mais um exemplo de como opera o racismo estrutural em nossas cidades.

Uma vez que, mesmo havendo inúmeras pesquisas sinalizando a necessidade de pensar políticas dirigidas especialmente para as periferias, o poder público não desenhou nenhuma estratégia para diminuir a vulnerabilidade dos moradores frente à pandemia, bem como não promover sua inclusão nas prioridades de vacinação (idem). Segundo a pesquisa:

A suposta neutralidade do critério etário escamoteia fatos largamente conhecidos sobre nossas cidades: a desigualdade na expectativa de vida é territorialmente demarcada, as atividades laborais são social e territorialmente demarcadas. Às vésperas de uma terceira onda, não é mais possível adiar a adoção de critérios de vacinação que sejam socialmente eficazes e justos. (Brito et al, 2021)

O estudo aponta que ao optar por vacinar primeiramente os mais velhos, o poder público concentrou os vacinados no chamado eixo sudoeste da cidade, ou seja, em regiões com mais renda (Brito, et al, 2021). Nesse sentido, além de ignorar a rotina de deslocamento para o trabalho que expôs enormes quantidades de trabalhadores periféricos que necessitam sair de casa todos os dias para exercer

seu ofício, também não leva em conta os dados acerca dos locais mais contaminados pelo vírus, conforme mostra o mapa a seguir.



Fonte: Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, 28/05/2021. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/prioridade-na-vacinacao-negligencia-a-geografia-da-covid-19-em-sao-paulo/>

Além desse mapa, o Laboratório divulgou mapas sobre a mortalidade, hospitalização, vacinação por critérios etário e de trabalho, além de um mapeamento da população negra na cidade de SP – todos em anexo no Apêndices: figuras 2 a 7. Eles explicitaram que territórios periféricos, como Sapopemba, Capão Redondo e Brasilândia foram focos constantes de hospitalizações e mortalidade ao longo de meses devido à escassez de políticas de prevenção territorializadas para prevenir o contágio dos moradores desses bairros mais afetados (Brito, et al, 2021).

Outra questão relevante no que tange a universalização das medidas de proteção estipuladas pela ONU, é trazida pelo artigo “Máscara e homem negro: entre o contágio e o racismo em um regime necropolítico”. O trabalho é iniciado com um relato-denúncia que exemplifica como o racismo expõe a pessoa negra ao risco

da morte por meio do uso da máscara. Lucas Gabriel Santos e Rosa Pedro – autores do artigo –, relatam que foram alvo de olhares desconfiados de policiais por serem duas pessoas negras usando máscaras com tecido de cores e símbolos inspirados nos países africanos dentro de um bom carro:

O racismo, motor dessa necropolítica, é o que faz com que até mesmo nos usos de objetos de segurança sanitária, simples máscaras para cobrir a região da mucosa, a possibilidade do morrer se evidencie. Cabe a esse corpo se articular, então, com dois perigos: do contágio e do racismo. (Pedro & Santos, 2020, p. 13)

Sobre essa reflexão, cabe historicizar os atravessamentos da lógica neoliberal da meritocracia que, atualmente, difunde amplamente a ideia de que cada “indivíduo” seria capaz de criar sua trajetória de ascensão econômica por meio do esforço individual. Sendo responsabilizado por sua posição socioeconômica, sem qualquer análise de condições conjunturais. Assim, o “indivíduo” moderno na pandemia é, desse modo, amplamente responsabilizado por sua proteção sanitária também (Pedro & Santos, 2020).

Tal lógica individualizante está em desacordo com a garantia da saúde coletiva e universal. E, por universal, entende-se: abarcar também os que não têm acesso às medidas individualizantes de proteção, de modo a garantir o princípio de equidade do Sistema Único de Saúde (Pedro & Santos, 2020). Desse modo, para além de afirmar a importância das EPIs, o artigo sinaliza a importância de defender o SUS, principalmente – mas não apenas – no contexto da pandemia:

É nesse sentido que se procura garantir o abastecimento de EPIs para os profissionais de saúde, bem como a defesa do SUS, única alternativa viável de garantir a segurança sanitária a todos, atentando para as desigualdades existentes e agindo sobre elas – e que vem sendo sucateado a fim de dar espaço às redes privadas de plano de saúde. Vale destacar que o princípio do SUS de equidade e a universalidade das ações não obedecem ao ímpeto universalizante neoliberal. O universal do SUS é garantir saúde a todos. O universal neoliberal consiste em enquadrar todos no ‘Um’, aquele que pode ter saúde, descartando os que não conseguem alcançar tal condição. (Pedro & Santos, 2020, p. 5)

O mesmo artigo destaca que a dependência de um sistema de saúde pública propositalmente sucateado é mais um fator que vulnerabiliza o corpo negro na pandemia. Constituindo-se, desse modo, enquanto parte do projeto necropolítico que faz e deixa morrer (Benicio et al., 2018; Bento, 2018; Borges, 2018, Pedro & Santos, 2020). **As políticas de “fazer” morrer podem ser entendidas como a ausência de políticas públicas articuladas ao território e que garantam direitos sociais.**

Por fim, para finalizar a exposição é necessário destacar duas temáticas. A primeira, é a subnotificação das mortes por COVID-19. Nesse sentido, é necessário lembrar que o anonimato e o silenciamento dos atingidos/as pelas políticas de morte, também compõem “os dispositivos do regime de terror com que opera a necropolítica” (Szuchman & Lazzarotto & Palombini, 2019). A segunda, é a importância da racialização dos dados estatísticos: pauta amplamente reivindicada pelo Movimento Negro, principalmente nas pesquisas de saúde pública.

I.III. Necrocapitalismo: Combater a necropolítica é combater o capitalismo

Esse é um capítulo dedicado a pensar criticamente o conceito de Necropolítica (Mbembe, 2018) apresentado no início do primeiro capítulo. Apesar da popularização desse conceito nos últimos anos, existem diversas outras autoras e autores importantes que produzem conhecimento sobre o tema, principalmente a partir dos contextos de ocupação colonial característicos da periferia do capitalismo (Paulo & Barros, 2019).

A socióloga brasileira Berenice Bento é um exemplo disso. Ela enfatiza que biopoder e necropoder são conceitos e tecnologias fundamentais para se pensar a relação do Estado com os grupos humanos que habitaram e habitam os territórios sob sua soberania (Bento, 2018). Além disso, traz uma reflexão importante sobre indissociabilidade de ambos. Desse modo, para ela, os conceitos não devem ser

postos em uma perspectiva cronológica, como se o necropoder tivesse sido ultrapassado pelo biopoder (Idem).

Nesse sentido, a autora propõe a noção de Necrobiopolítica, problematizando a participação fundamental do Estado neoliberal na distribuição desigual do direito à vida: “Algumas pessoas nascem para viver, outras se tornam vidas matáveis pelo Estado” (Bento, 2018, p. 3). No artigo, Berenice desenvolve sua análise nomeando as vidas que são alvos dessa dinâmica de produção e gestão da morte: os povos originários, as mulheres, moradoras e moradores das favelas, pessoas encarceradas, pessoas trans e travestis e a população negra (Idem). Assim, em suas palavras:

O necrobiopoder refere-se a um conjunto de técnicas de promoção da vida e da morte a partir de atributos que qualificam e distribuem os corpos em uma hierarquia que retira deles a possibilidade de reconhecimento como humano e que, portanto, devem ser eliminados e outros que devem viver. (idem, p. 6)

Já o potiguar Gabriel Miranda em seu livro “Necrocapitalismo: Ensaio sobre como nos matam”, publicado em abril de 2021 pela editora Lavrapalavra, propõe a negação, conservação e superação do conceito de Necropolítica. Tal conceito será adotado como principal para a compreensão dos fenômenos de produção de morte na presente pesquisa.

A principal crítica que o autor dirige ao ensaio de Mbembe é que a obra contribui mais para ocultar do que manifestar os processos envolvidos na política de morte (Miranda, 2021, p.10). Nesse sentido, cria o conceito de “Necrocapitalismo” para enfatizar a ação sistêmica de produção de morte característica do sistema capitalista (Idem, p.26). Cabe ressaltar que: “o prefixo necro não tem a função de propor um novo tipo de capitalismo, mas apenas de demarcar o caráter mortífero do modo de produção capitalista” (Idem, p.12).

Para ele, é preciso superar a ideia largamente popularizada que a necropolítica englobaria apenas fenômenos de violência direta, física. Uma vez que, desse modo, outras formas de opressão igualmente problemáticas são invisibilizadas:

Por vezes, ao conferir ênfase à expressão mais visível da violência, ou seja, aquela que produz agressão física e não raras vezes conduz à morte, promove-se o ocultamento de suas manifestações latentes, fazendo crer que, caso eliminássemos a violência dos tanques de guerra e das armas, o problema do caráter mortífero do capitalismo estaria resolvido. Evidente que o combate à violência neocolonial, à violência policial e às ocupações territoriais justificadas sob o pretexto de combate ao terrorismo são agendas a serem resolvidas em caráter de urgência. Contudo, não se pode perder de vista a violência das leis, da exploração do trabalho, da mercantilização da vida e da expropriação de direitos básicos, assim como o caráter mortífero dessas formas latentes de violência. (Miranda, 2021, p.38 e 39)

Para melhor detalhar os outros modos de violência, o brasileiro conceitua cinco fases da produção da morte no capítulo “As múltiplas formas de produção na morte no capitalismo”, são elas: a morte simbólica, a morte subjetiva, a morte social, o ecocídio e a morte biológica. A primeira, é semelhante ao que Achille Mbembe chamou de “alterocídio” - os inimigos internos (Mbembe, 2017) - o qual “eu” não reconheço o “outro”, não o vejo como meu semelhante, como humano, o vejo como ameaça que preciso eliminar. Ideia fortemente presente no senso comum por meio da frase: “bandido bom é bandido morto” (Miranda, 2021, p.44).

Já a morte subjetiva, diz respeito ao aniquilamento, invisibilização ou menosprezo aos modos de vida ou expressões culturais que sejam dissidentes do padrão branco, cisheteropatriarcal e burguês. Enquanto a morte social caracteriza-se pela violação de direitos sociais, ou seja: “negar acesso à saúde, à educação, à trabalho digno, à habitação, ao transporte e ao lazer” (Miranda, 2021, p.46), fazendo com que o sujeito viva em condições materiais de precariedade.

O quarto modo de produção de morte no capitalismo engloba a superexploração dos recursos naturais pela classe dominante, que culmina na morte da biodiversidade do planeta e em inúmeros impactos para a vida humana, principalmente das populações mais pobres. E, por fim, o autor traz a morte biológica como sendo consequência tanto da ação direta do braço armado do Estado nas periferias, como pela negligência com fenômenos sociais críticos como a fome, a falta de acesso ao saneamento básico e a saúde, além do adoecimento mental.

Ao reconhecer os modos latentes e diretos da violência do Estado burguês, reconhecemos também que o modo de funcionamento do capitalismo implica, necessariamente, na produção de mortes. Portanto, para pôr fim à necropolítica em sua totalidade, é preciso construir estratégias de destruição do capitalismo. Nas palavras do autor:

Não há capitalismo, portanto, que não seja necrocapitalismo. A lógica de produção da morte é parte integrante da sociedade civil burguesa, e o Estado moderno, na condição de forma estatal cuja primazia consiste na manutenção da burguesia como classe dominante, reproduz tal lógica de dominação, tornando oculto que subjacente a todo o Estado necropolítico existe um sistema necropolítico, o qual denomino de necrocapitalismo ou simplesmente capitalismo (...) (Miranda, 2021, p.12)

A análise radical ancorada no marxismo ao ir à raiz do problema, denunciando o sistema capitalista consiste um dos principais pontos de dissidência com relação à perspectiva de “Necropolítica”: Gabriel Miranda aponta que “é necessário adicionar uma boa dose de Marx” (Miranda, 2021, p. 20) às análises do livro de Mbembe. Além disso, ir à raiz do problema politiza o debate e nos ajuda a compreender a realidade atual sem utilizar dos personalismos de figuras da política institucional que tanto empobrecem o campo de disputa por direitos sociais e políticos.

No capítulo “‘Minha especialidade é matar’: necropolítica e Brasil pós-2018”, Miranda enfatiza que o governo de Jair Bolsonaro não funda a necropolítica, porém ao reforçar manifestações de desrespeito com os povos originários, a pessoas negras, mulheres, transexuais, moradores das periferias e pessoas heterodissidentes, o bolsonarismo potencializa o caráter necropolítico do Estado neoliberal (Miranda, 2021).

Frente a isso, nota-se que um grande compromisso histórico do nosso tempo consiste em traçar possíveis táticas de enfrentamento à política de morte. Para isso, é necessário resgatar que as conquistas de direitos sociais pelo mundo foram fruto de muita luta coletiva. Nesse sentido, são os trabalhadores e trabalhadoras organizados em coletivos, partidos ou movimentos que poderão traçar as

estratégias efetivas para o enfrentamento à necropolítica e, portanto, ao capitalismo. (Miranda, 2021).

A seguir, um trecho bastante inspirador a respeito do tema, nas palavras do autor:

Manter o necrocapitalismo e as necropolíticas como forma do exercício do poder é uma decisão, como o nome sugere, política, que atende aos interesses dos grupos dominantes. **Por isso a necessidade da organização popular dos trabalhadores (as).** Historicamente, os direitos sociais conquistados, muitos dos quais já destruídos ou em vias de destruição, foram frutos de lutas sociais. Barrar as necropolíticas demandará o mesmo de nós: força e coragem. (...) enquanto houver exploração, haverá necropolítica. Portanto, seguindo a lógica marxista de tomar os problemas pela raiz, não poderia afirmar outra coisa senão que combater as necropolíticas é combater o capitalismo, e combater o capitalismo é combater as necropolíticas. (Miranda, 2021, p.88)

I.V. Resistências

Tendo em vista a materialidade brutal da política de morte construída pelo capitalismo discutida anteriormente, dedicaremos esse tópico para o objetivo deste trabalho: pensar modos de resistência às diversas formas de produção de morte do capitalismo. O que fazer frente a toda essa negligência, exploração, a todo o acúmulo de desigualdades históricas? Somos facilmente levados por uma maré de desesperança e apatia ao perceber que esses problemas são estruturais e estruturantes da sociedade capitalista neoliberal.

No entanto, as pesquisadoras Maria Clariça Guimarães e Eliana Costa Guerra nos lembram que reproduzir o discurso de impossibilidade de transformar a sociedade em que vivemos é contribuir com a produção de passividades e, desse modo, com a alienação da classe trabalhadora em detrimento de projetos de natureza coletiva. É preciso usar das revoltas advindas da condição de exploração para criar formas de rebeldia e resistência (Guerra e Guimarães, 2013).

Nesse sentido, no artigo “Movimentos sociais e transformação societária: concepções teóricas presentes na tradição marxista” (2013) as autoras fazem uma retomada teórica de três autores marxistas clássicos: Lênin, Rosa Luxemburgo e Gramsci para enfatizar o conteúdo político e fundamental para a construção da práxis revolucionária expresso na ação dos movimentos sociais de acordo com o momento histórico.

O artigo traz a teoria da organização de Lênin. Seu legado teórico-político contribui para as diretrizes da organização política de ação revolucionária, capaz de orientar os trabalhadores em torno das tarefas imediatas. Cabe ressaltar que, Lênin contrapõe-se à ideia ingênua de revolução como um ato único, construído em uma etapa única e concebe a revolução como “uma série de batalhas” (Guerra e Guimarães, 2013).

Já no que diz respeito às contribuições específicas de Rosa Luxemburgo para pensar os movimentos sociais, destaca-se sua confiança na participação das massas no processo de transformação social: “Às massas, organizadas e mobilizadas, cabe realizar as mudanças e transformações societárias” (Guerra e Guimarães, 2013). Por meio de sua produção teórica ela deixa um legado de forte oposição às noções reformistas que defendem a possibilidade de transição ao socialismo por meio da realização de reformas graduais do capitalismo.

Segundo Rosa Luxemburgo e outros autores, como Ricardo Antunes (2017), o processo revolucionário – e não reformista – será (e está sendo) fora da institucionalidade. Por outro lado, o cenário de desemprego, aumento da miséria e da precarização do trabalho no contexto neoliberal das últimas décadas impõe dificuldades para o avanço da luta por uma sociedade emancipada. Isso porque, atualmente, o foco das mobilizações têm sido pela defesa e manutenção de direitos historicamente conquistados. Nas palavras das autoras:

Todavia, não podemos negar que as transformações ocorridas no mundo do trabalho e na dinâmica de produção capitalista, nas últimas décadas, operaram alterações substantivas no seio da classe trabalhadora e

produziram um cenário de inúmeras dificuldades para a organização política crítica e combativa. Ora, em tempos adversos para as lutas do trabalho em contraponto aos ditames do capital, os ganhos e avanços conquistados pelos movimentos sociais, em seus processos de luta, têm se caracterizado por serem muito mais de cunho político e ideológico (no sentido de avanço no processo de consciência coletiva e de disposição para organizar-se politicamente) do que propriamente concretos. Afinal, vivemos um tempo de reformismos de contrarreformas. (Guerra e Guimarães, 2013, p. 69)

Já o trecho que diz respeito a Gramsci trabalha a construção de uma nova hegemonia que abarque a superação da sociedade de classes e a construção de outra sociabilidade radicalmente diferente. O que só será possível por meio da organização da classe trabalhadora para tal construção. Para tanto, “indica estratégias anticapitalistas com o objetivo de levar a classe trabalhadora a ascender ao poder político” (Guerra e Guimarães, 2013).

Em suma, a revisão dos três autores marxistas trabalhados no artigo nos ajudam a refletir sobre os processos codependentes no cotidiano dos movimentos sociais contemporâneos, nas variadas formas de luta (Guerra e Guimarães, 2013). Cabe ressaltar que, a importância das construções cotidianas aparecem no artigo “Resistências ao trabalho precário por meio de relações solidárias: quatro casos do Brasil” (2021).

Nesse artigo, as pesquisadoras afirmam que as iniciativas que surgem do cotidiano nos diferentes grupos e contextos versam sobre o que as pessoas entendem como o melhor e o possível. E mais adiante:, completam

A luta de classe é imprescindível para a explicação dos processos históricos e das relações de poder; e o cotidiano é lugar e tempo onde se vive, se vê a se analisa os indissociáveis processos macro e microsociais. (...) Assim, o que interessa aqui é a capacidade coletiva de costurar relações de ajuda mútua, planejar e concretizar transformações possíveis no cotidiano, resistindo à racionalidade econômica capitalista e também à precarização do trabalho. (Andrada, Esteves et. al, 2021, p. 4)

_____Tendo em vista tamanha importância de produzir resistência coletiva no cotidiano para o enfrentamento das políticas de mortes do capitalismo, o presente trabalho tem como objetivo: compreender algumas das formas de resistir presentes no cotidiano de trabalhadoras do Instituto Caminho da Paz, ONG localizada no Jardim Paraná, São Paulo.

A urgência do tema da política de morte e a ânsia por participar da construção coletiva de resistência delinearam os primeiros caminhos que justificam esse trabalho. Além disso, é cada vez mais urgente articular os conhecimentos produzidos na área da Psicologia às demandas da classe trabalhadora e das populações em situação de vulnerabilidade social de nosso país. Uma vez, que o próprio Código de Ética da profissão posiciona-se contra qualquer tipo de opressão ou negligência. Bem como no segundo princípio fundamental a seguir:

O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Conselho Federal de Psicologia, 2005, p. 7)

Assim, a pesquisadora firma o compromisso ético não apenas com a futura e almejada profissão, mas também com a potência criadora de resistência, ou, nas palavras de Suely Rolnik, com a micropolítica criadora de mundos não cafetizados (Rolnik, 2019, p.66), ou seja, modos de existir e se organizar onde a exploração capitalista não impere.

II. MÉTODO

Esta pesquisa consiste em um Trabalho de Conclusão de Curso na área de Psicologia da Faculdade Ciências Humanas e da Saúde da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Possui nível de graduação, tem cunho qualitativo, e está

fundamentado no marco teórico da Psicologia Social crítica em diálogo com o método etnográfico e com a pesquisa participante. O trabalho possuiu as seguintes etapas:

1. **Revisão Bibliográfica:** Para a construção do embasamento teórico a pesquisadora utilizou as plataformas Scielo, BVS e Portal de periódicos CAPES através dos descritores “necropolítica”, “violência”, “periferia”, seguida por “pandemia”, “resistência” e “organização popular” que foram adicionadas posteriormente. Em um segundo momento, foram utilizados o site da Prefeitura de São Paulo para conseguir dados sobre a pandemia e o site do Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade (Brito, et al, 2021). E, de modo transversal a todas as etapas, a pesquisadora utilizou os livros “Necropolítica” de Achille Mbembe e “Necrocapitalismo: Ensaio sobre como nos matam” de Gabriel Miranda.
2. **Aprovação Ética e cuidados éticos:** A submissão do projeto ao Comitê de Ética da Plataforma Brasil foi feita no dia 14 de outubro de 2020 e recebeu aprovação no dia 31 de dezembro de 2020⁴. Ademais, no início do segundo semestre de 2021 a pesquisa passou pela aprovação do coletivo Mutirão pelo Bem Viver em uma Reunião Geral da Capital online e, depois, também foi aprovada pelas trabalhadoras do Instituto Caminho da Paz presencialmente. Após a aprovação, as trabalhadoras também assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, anexo em Apêndices.
3. **Trabalho de campo:** Realizado aos sábados entre os meses de abril e novembro de 2021 no Instituto Caminho da Paz, Jardim Paraná, por meio de observação participante, registrada em Diário de Campo, e fotografias (registros fotográficos).

⁴ "O projeto de pesquisa que resultou nesta monografia de dissertação de curso foi aprovado pelo Comitê de Ética da PUC-SP sob o protocolo nº 4.487.534 de 30/12/2020 (CAAE: 40571520.9.0000.5482).

- 4. Análise qualitativa dos dados:** Após a sistematização e releitura das anotações do Diário de Campo, organizaram-se os Resultados em três casos para apresentação da vivência-intervenção, tendo como base teórica a revisão bibliográfica.

O presente trabalho consiste em uma pesquisa participante de *inspiração* etnográfica. A combinação dos métodos de pesquisa se mostrou apropriada ao objetivo de compreender algumas das formas de resistência presentes no cotidiano de trabalhadoras do Jardim Paraná. Desse modo, a pesquisadora realizou observações participantes em sua vivência no território. E, como material produzido, confeccionou o Diário de Campo e o Álbum de fotografias.

Segundo Carlos Rodrigues Brandão e Maristela Correa Borges (2007), a pesquisa participante, a qual também pode ser chamada de pesquisa intervenção ou “pesquisa ação”, tem origem nos movimentos populares emergentes entre as décadas de 60 e 80 na América Latina. Sendo essa sua origem, a pesquisadora que usar de tal metodologia, firma compromisso ético, social e político com a comunidade, bem como com as importantes causas sociais que transpassam o campo (Borges e Brandão, 2007)

O compromisso e o envolvimento com o campo permite que a relação sujeito-objeto, comum em pesquisas tradicionais, seja transformada em relações sujeito-sujeito à medida que a vivência em campo se constrói. Isso porque a pesquisa participante parte da noção que todas as pessoas, culturas e territórios são produtoras de saber. Desse modo, por meio do encontro entre conhecimento popular e científico, produz-se um terceiro e novo conhecimento crítico (Borges & Brandão, 2007). Nas palavras dos autores:

E é a possibilidade de transformação de saberes, de sensibilidades e de motivações populares em nome da transformação da sociedade desigual, excludente e regida por princípios e valores do mercado de bens e de capitais, em nome da humanização da vida social, que os conhecimentos de uma pesquisa participante devem ser produzidos, lidos e integrados como uma forma alternativa emancipatória de saber popular. (Idem, p.55)

Por meio das relações sujeito-sujeito é que florescem relações de amizade entre os participantes da pesquisa. Elas consistem na base para o método, bem como Ecléia Bosi afirma em seu livro “Memória e sociedade”:

O principal esteio do meu método de abordagem foi a formação de um vínculo de amizade e confiança com os recordadores. Esse vínculo não traduz apenas uma simpatia espontânea que se foi desenvolvendo durante a pesquisa, mas resulta de um amadurecimento de quem deseja compreender a própria vida revelada do sujeito (Bosi, 1979, p.1).

Mais recentemente, a autora enfatizou novamente as relações de amizade desenvolvidas por meio de pesquisas qualitativas. No caso específico da citação a seguir, a autora se refere a existência de entrevistas, mas devido à proximidade advinda da vivência em campo, o mesmo pode ser considerado para a presente pesquisa:

A entrevista ideal é aquela que permite a formação de laços de amizade; tenhamos sempre na lembrança que a relação não deveria ser efêmera. Ela envolve responsabilidade pelo outro e deve durar quanto dura uma amizade. Da qualidade do vínculo vai depender a qualidade da entrevista. (Bosi, 2004, p. 60).

Já a escolha pelo método de inspiração etnográfica deu-se principalmente pela etnografia possibilitar o registro em Diário de Campo como material de pesquisa relevante. Bem como por proporcionar uma experiência de contato próximo e respeitoso com o Outro (Magnani, 2009). Esse modo horizontal de inserção da pesquisadora no campo, pressupõe, nas palavras da pesquisadora Cris Andrada:

(...) um giro de corpo e de alma na direção do ‘outro’, reconhecendo os imperativos da diferença e da distância, portanto, mas expondo-se inteiramente a ter com ele uma experiência largamente significativa,

transformadora também para o pesquisador, capaz de engendrar novas compreensões sobre o que se quer conhecer. (Andrada, 2010, p. 5).

Esse modo de estar exposto e dedicado à percepção sensível do “Outro” também permite que a pesquisadora se coloque como participante do campo, não como neutra ou como não-sujeito da pesquisa. Pelo contrário, o método de inspiração etnográfica permite que o espanto, a revolta, a comoção e outros afetos transparecem nas anotações feitas no Diário de Campo e, posteriormente, na própria pesquisa (Andrada, 2010).

Por outro lado, é necessário prestar especial atenção para que o encontro entre sujeitos diferentes não produza compreensões rasas ou estereotipadas, numa espécie de reprodução da lógica colonial no meio científico. Desse modo, tão importante quanto o rigor do método científico, é também a abertura para o diálogo e para a construção de relações éticas e respeitadas entre as pessoas participantes do campo e a pesquisadora, como traz o trecho:

Nesse sentido, e desde a psicologia social, Sato & Souza (2001) destacam que não apenas técnicas e rigores metodológicos serão os lastros de uma boa pesquisa, mas **a qualidade e a ética das relações estabelecidas em campo entre pesquisador/a e pessoas da situação pesquisada**. Assim, para que o encontro entre sujeitos diferentes, no enquadre de uma pesquisa, possa efetivamente produzir conhecimentos e sentidos compartilhados de modo não violento ou fetichizado (o que apenas afirmaria lugares e relações de poder), deve-se zelar não somente os diálogos e proximidades, mas também os silêncios e recuos, em termos intersubjetivos. (Andrada, 2018, p. 239)

A ênfase na pesquisa em Psicologia Social enquanto “um processo de convivência entre pessoas” (Sato, 2009, p. 218) aparece também no artigo “Etnografias em Psicologia Social: notas sobre uma aproximação fecunda” escrito pela pesquisadora Cris Andrada (2010). Além disso, é essencial que a compreensão

sobre o que acontece no campo-território seja contextualizada histórica, política e socialmente (Andrada, 2010).

Cabe ressaltar que, a etnografia pressupõe uma longa permanência em campo, de modo a “demorar-se” tanto quanto a experiência pedir (Magnani, 2009; Andrada, 2010). No entanto, devido ao pouco tempo atribuído ao Trabalho de Conclusão de Curso e devido à carga horária integral do curso de Psicologia da PUC SP, a pesquisadora conseguiu viver as experiências em campo em finais de semana entre os meses de abril e novembro de 2021. Nesse sentido, o método etnográfico serviu como inspiração para o presente trabalho.

Para além dos registros escritos, por fim, a pesquisadora fez uso do registro fotográfico para retratar a realidade estudada. A pesquisadora Leny Sato (2009), em artigo orientado a discutir os múltiplos usos possíveis da fotografia em estudos de Psicologia Social do Trabalho, afirma:

Como alguns estudos mostram, a fotografia pode ter múltiplos usos na pesquisa social: como documento, como uma citação, como dado que possibilita esquadrinhar uma situação de trabalho, como uma das visadas possíveis sobre os acontecimentos e como fonte de inspiração para os relatos apresentados. (Sato, 2009, p.222)

Na presente pesquisa, a fotografia configura como importante recurso capaz de alcançar fenômenos do campo que passam pelo não-dito, tais como “o contato, a convivência e a observação” (Sato, 2009, p. 218). Por auxiliar na compreensão do vivido, a fotografia possibilita um maior envolvimento da pessoa que lê, e portanto, acaba também por convocar os cinco sentidos sensoriais da mesma (idem, p.224).

III. RESULTADOS

Neste capítulo apresentaremos, primeiramente, a história do Instituto Caminho da Paz, seguida da contextualização da parceria com o coletivo Mutirão

pelo Bem Viver, do qual faço parte. Depois, serão apresentados três casos que exemplificam algumas das formas de resistência às políticas de morte do capitalismo vivenciadas no território do Jardim Paraná, Zona Norte de São Paulo.

Instituto Caminho da Paz

O Instituto Caminho da Paz (ICP) é uma ONG presente no Jardim Paraná, Zona Norte de São Paulo, desde agosto de 2000. Desde então, conta com o auxílio direto ou indireto de mais de 100 voluntários, sendo mais ou menos sete trabalhadoras/os voluntárias/os mais presentes atualmente. Esta entidade tem por objetivo lutar pela proteção social básica e por melhores condições de vida para a comunidade do Jardim Paraná.

Para tanto, desenvolve projetos sociais nas áreas de alimentação, lazer, educação, habitação, programas de geração de renda e cursos profissionalizantes que visam, principalmente, que a comunidade cresça utilizando seus próprios recursos. O local fica dentro dos limites da capital e na encosta da Serra da Cantareira, bem como mostram os mapas a seguir:



Figura 1: Localização do Instituto Caminho da Paz e delimitação de São Paulo Capital - pelo Google Maps. Foto organizada pela pesquisadora, 2021.

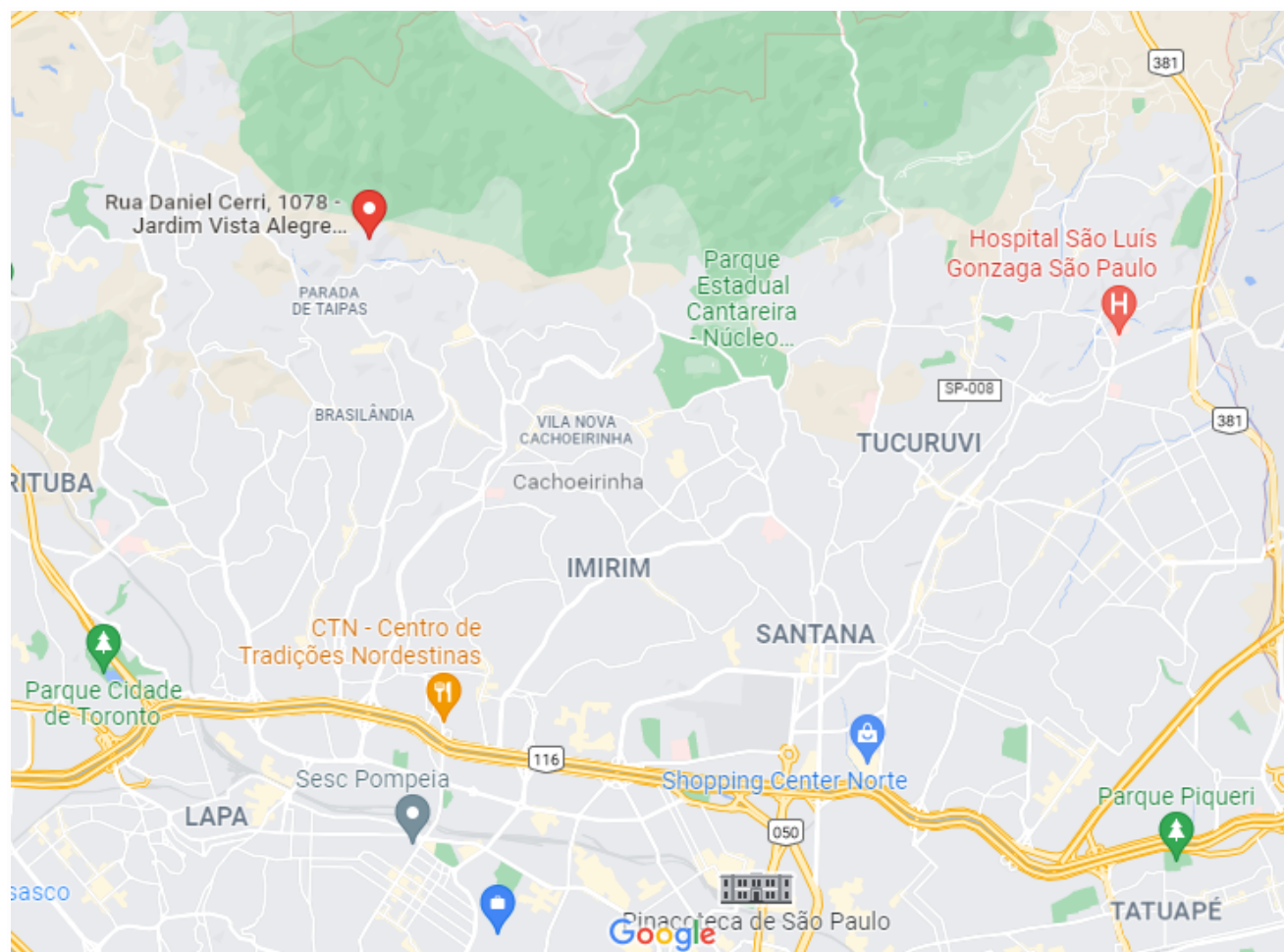


Figura 2: Localização do Instituto Caminho da Paz, da Rodovia Presidente Dutra (BR-116/RJ/SP: Nova Dutra) e da Rodovia Fernão Dias (BR-116: Guarulhos/São Paulo) - pelo Google Maps. Foto organizada pela pesquisadora, 2021.



Foto 1: Fachada do Instituto Caminho da Paz. Arquivo pessoal.

De acordo com o portfólio cedido pelas trabalhadoras do ICP à pesquisadora, a população da comunidade é predominantemente composta por famílias migrantes vindas do Nordeste do país. O perfil de raça/cor é composto pela maioria preta. Cabe ressaltar que, existe um destaque especial no portfólio para a grande presença da comunidade LGBTQIA+ no local (Instituto Caminho da Paz, 2021).

Durante os mais de 20 anos de existência, o Instituto desenvolveu muitas iniciativas nas áreas citadas acima, entre elas: a primeira escola comunitária do Jardim Paraná, Parceria com o CEU da região, festas comemorativas, melhorias nas condições do escadão José Domingo de Agostinho, oficina de computação, oficina de costura de máscaras e bolsas, oportunidade de profissionalização para jovens no futebol, regulamentação fundiária e distribuição de cestas básicas e marmitas. A ONG também funciona como referência para os Correios na entrega de correspondência na região (idem).

Na pandemia, a equipe do ICP teve diversas iniciativas importantes. Entre elas a realização de 1500 testes de COVID 19 em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde. A distribuição de mais 100 cartões alimentação, mais de 20 mil cestas básicas, aproximadamente 600 cestas agroecológicas, 25 mil máscaras de proteção facial, mais de 800 kg Frangos, 500 kg Salsichas, 3 mil álcool em gel, 300 kits de vitamina C, mais de 450 Cobertores, 5 mil kits de higiene, 30.500 marmitas, roupas, brinquedos (idem).

Além disso, proporcionou cursos de geração de renda através da cozinha comunitária, participou do encaminhamento de moradores da favela para o mercado de trabalho e fez o importante trabalho de imprimir atividades escolares para as crianças e os adolescentes. Como outra medida emergencial, a ONG abrigou em sua sede 5 famílias por conta do deslizamento de terra (idem).

Parceria com o Mutirão pelo Bem Viver ⁵

Em meio a crise sanitária e humanitária vivida no ano de 2020, o Mutirão pelo Bem Viver (MBV) de São Paulo organizou o projeto “Mutirão em resposta à

⁵ Para conhecer mais sobre o trabalho realizado pelo Coletivo Mutirão pelo Bem Viver, acesse as redes sociais: <https://www.instagram.com/mutiraopelobemviver/> ou <https://www.facebook.com/mutiraopelobemviver> (acesso em 16 de novembro de 2021).

pandemia”, o qual teve como início o contato com lideranças comunitárias de diversas periferias da cidade para propor a doação emergencial de cestas agroecológicas - as quais seriam entregues mensalmente nos territórios. Foi nesse contexto que a parceria com o ICP foi se construindo.

No final de janeiro de 2021, os/as militantes do MBV em conjunto com as trabalhadoras do ICP começaram a pensar em novos projetos a serem construídos no Jardim Paraná, como por exemplo a cozinha comunitária, a qual foi inaugurada efetivamente em maio de 2021. Além disso, nessa nova etapa da parceria, a medida emergencial de distribuição de cestas deixou de acontecer, por outro lado, foram idealizadas a construção de uma horta comunitária e alguns cursos.

Cabe ressaltar que a pesquisadora acompanhou grande parte do processo por meio de sua atuação militante no coletivo Mutirão Pelo Bem Viver desde abril de 2020. Nesse sentido, o envolvimento com o campo se deu a partir de abril de 2021 e foi anterior ao início da consolidação do objetivo da presente pesquisa. Assim, já havia um vínculo estabelecido quando a pesquisadora conversou com as trabalhadoras do ICP sobre a viabilidade de desenvolver a presente pesquisa a partir da vivência no território. Este fato foi discutido em reunião e aprovado pelo grupo, como já mencionado no método.

CASOS

Nessa etapa da pesquisa, faremos a sistematização dos dados coletados - e vividos - no Instituto Caminho da Paz a partir da exposição de três casos cujos nomes são: “Caso 1: Cozinha Comunitária”, “Caso 2: Geração de renda” e “Caso 3: Horta Comunitária”. Cabe ressaltar que, neles, serão enfatizadas algumas iniciativas de resistência à política de morte do capitalismo no território do Jardim Paraná.

Antes de começar a apresentação de cada caso, faz-se importante contextualizar os modos palpáveis com que o necrocapitalismo chega nesse território no atual contexto. Diversas vezes, as trabalhadoras do ICP falaram sobre o aumento do desemprego e a situação de extrema pobreza como consequências mais diretas da pandemia na comunidade.

Além disso, em conversa com jovens da região, ouvimos denúncias acerca da negligência com a educação, principalmente no contexto da pandemia, onde não

foram fornecidos pacotes de dados ou qualquer equipamento eletrônico - Tablet ou notebook - para que os/as alunas pudessem acompanhar as aulas, o que deixou a grande maioria dos jovens sem acesso ou com poucas condições de acompanhar as aulas desde março de 2021.

No que tange à saúde, existe uma clara sobrecarga dos equipamentos existentes. Em conversa com Seu Quintino - liderança da região que será devidamente apresentado no Caso 3 - ele e outros militantes da região lutam atualmente pela construção de uma Unidade Básica de Saúde no Jardim Damasceno (Foto X). Uma vez que a única UBS da região, a “*UBS Sylmaria*” - que também foi fruto de muita mobilização popular - atende mais de 78 mil famílias, segundo ele.

Segundo ele, essa sobrecarga ocasiona uma série de consequências em cadeia. Ou seja, devido à sobrecarga da Unidade Básica de Saúde, o cuidado ofertado passa a ser precário e insuficiente, ocasionando, por sua vez, revolta por parte da população que, vendo seus direitos violados, acaba por agir com violência com os profissionais da saúde, os quais, com medo, estão abandonando o local.

Esse importante relato trazido por Seu Quintino, expressa tensões, exigências e contradições inerentes ao campo das lutas por garantias de direitos no atual contexto. Também demonstra que as mediações dos problemas sociais estão intimamente conectados. Nesse sentido, é essencial que as lutas sociais também estejam interligadas.

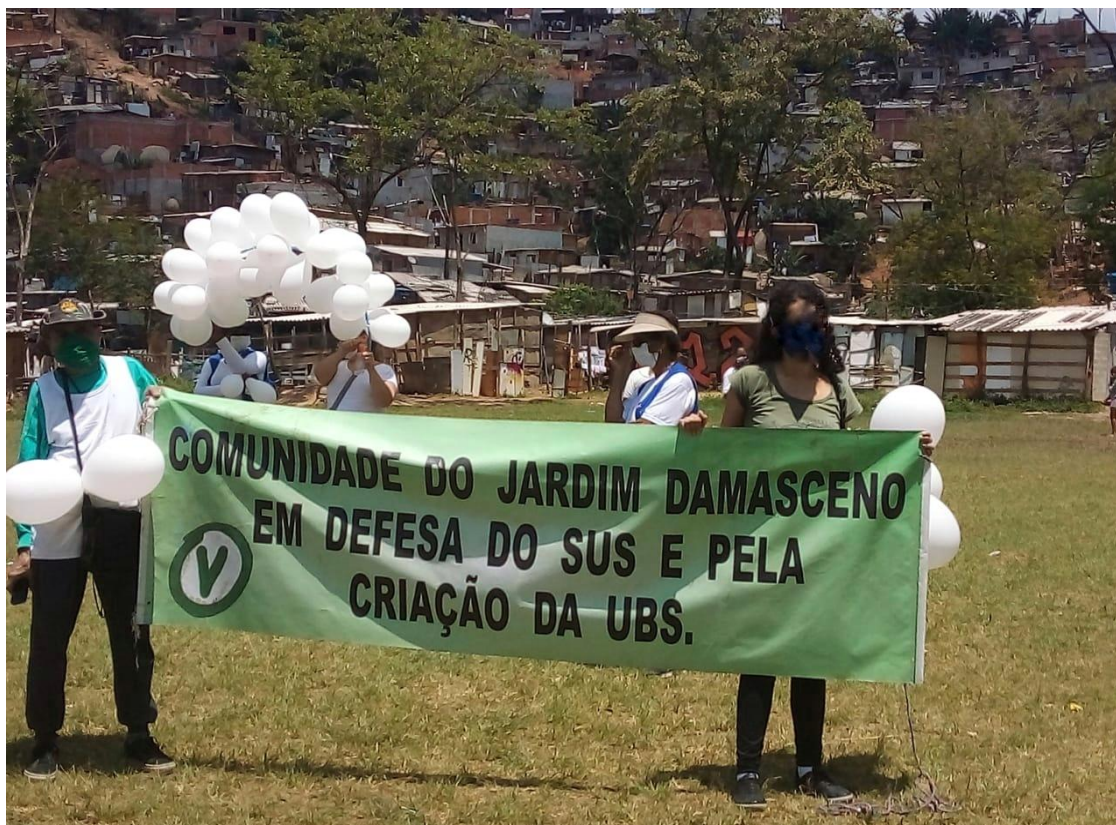


Foto 2: Seu Quintino e outros militantes da região reivindicam a criação de uma UBS no Jardim Damasceno. Foto cedida por Seu Quintino à pesquisadora.

Outro ponto bastante discutido foi o aumento no valor de itens de necessidade básica, como arroz, carne, óleo e gás de cozinha. Uma cena emblemática que escancara a perversidade da crise em que vivemos foi contada por uma das trabalhadoras do ICP:

Naquela manhã fria de sábado, enquanto comíamos pão com requeijão de inhame feito por uma militante do MBV, as trabalhadoras dos ICP nos contavam as novidades da última semana da comunidade. De início, perguntamos onde estava a Meire, já que aquela era a primeira vez que víamos o ICP sem ela. Camila (trabalhadora do ICP), nos disse que ela estava com uma gripe forte e que não veio trabalhar essa semana, mas que logo chegaria para conversar com a gente. Perguntei mais detalhes sobre o que ela sentia, pois não devia ser coisa pouca para fazer a Meire parar de trabalhar por 4 dias.

Outres⁶ militantes, preocupados, perguntaram se não podia ser COVID, mas Camila deu certeza que não. Enquanto esperávamos por ela para começar a reunião de Economia Solidária, perguntamos como estava a condição da pandemia na comunidade. As trabalhadoras do ICP notam que não existem muitos casos e não relataram internações ou mortes recentes, mas disseram que o que é preocupante mesmo é o desemprego e a fome. Uma trabalhadora do ICP disse:

“Tem muita gente que tá sem dinheiro pra comprar gás, então voltaram a usar lenha, né? Ai essa semana a gente ficou sabendo que uma criança que estava sozinha cuidando de um irmão menor foi esquentar comida com lenha em uma lata de leite em pó e acabou se queimando toda... Muito triste. Isso tem acontecido muito.” (Diário de Campo, 15/05/2021)

Com pesar, a partir desse relato, é possível constatar a materialidade dos números expostos anteriormente pelo Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (PENSSAN, 2021). Segundo a pesquisa, o contexto da pandemia deixou cerca de 9 milhões de brasileiros vivendo em situação de insegurança alimentar, situação de fome semelhante aos números de 2004. Bem como aprofunda o trecho:

Embora seriamente impactado pelo alastramento da pandemia da Covid-19, o agravamento da Insegurança Alimentar (IA) no Brasil revelado no inquérito ora divulgado é parte de um processo que já estava em curso de deterioração das condições de vida de um significativo contingente populacional e do aumento das desigualdades sociais. Entre suas causas, encontram-se os potenciais impactos na SAN das políticas de austeridade adotadas pelo Brasil desde 2014, acarretando redução de investimentos relacionados às políticas sociais (Souza et al., 2019). Cabe destacar, ademais, que todas as condições econômicas, sociais e sanitárias ruins já enfrentadas no Brasil, em 2020, estão extremamente agravadas nesse início de 2021 pelo total descontrole da pandemia, com explosão do número de casos e mortes pelo SARS-CoV-2. (PENSSAN, 2021, p.13)

⁶ A linguagem neutra foi usada nos Resultados como forma de manter a grafia oficial adotada pelo Coletivo Mutirão pelo Bem Viver.

O documento, alerta a sociedade brasileira, principalmente os/as gestores(as) públicos(as) para a urgência de ações que visem a redução das desigualdades sociais, bem como a construção de políticas públicas efetivas que auxiliem os grupos populacionais mais vulnerabilizados e promovam a Segurança Alimentar e Nutricional (PENSSAN, 2021, p.11).

Cabe ressaltar que, os movimentos sociais e a sociedade civil organizada se destacaram na criação de respostas coletivas à fome, principalmente através das cozinhas solidárias, bem como mostram diversos veículos de comunicação⁷.

CASO 1 - Cozinha Comunitária

No meio do mês de abril, em um de meus primeiros encontros presenciais com as trabalhadoras do Instituto Caminho da Paz, nos sentamos em roda para pensar nos projetos que faríamos em conjunto tendo em vista as demandas do território. Devido à ausência de políticas públicas de qualidade e ao contexto histórico de extrema violações de direitos, existiam muitos campos para pensarmos em atuações.

Naquele momento, Meire, a fundadora da ONG e potente liderança comunitária da região, compartilhou com a gente o cansaço e a sensação de sobrecarga que sentia. Disse dos desafios de atuar na luta por melhores condições de vida para o território periférico da Brasilândia. Camila e Renata a completaram dizendo que tem muita gente que ainda não tem saneamento básico no Jardim Paraná, por exemplo.

7

<https://www.brasildefato.com.br/2020/09/27/cozinhas-comunitarias-amenizam-a-fome-em-comunidades-carentes-de-politicas-publicas>

<https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2021/04/27/como-cozinhas-comunitarias-tem-atuado-para-aplacar-a-fome-pelo-brasil.htm>

<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2021/03/cozinhas-solidarias-do-mtst-salvam-da-fome-na-pandemia/>

<https://www.institutoclaro.org.br/cidadania/nossas-novidades/reportagens/cozinhas-solidarias-sao-alternativa-para-combater-fome-na-pandemia/>

Nesse buraco negligente deixado pelo Estado neoliberal, é que a população conta com sua própria organização para criar condições melhores de vida e para reivindicar seus direitos. O ICP, por exemplo, há mais de 20 anos atua na promoção de ações que facilitem o acesso ao lazer, à cultura, à alimentação e outros direitos básicos. O ICP e tantas outras organizações populares resistem em diversos âmbitos. Ou nas palavras de Meire: *“Aqui a gente faz tudo que o Estado não faz”* (Diário de Campo, 14/04/21).

Suas palavras, carregadas de inspiração e luta, sempre me atravessam imensamente. E, dessa vez, não foi diferente.

(...)

Mais adiante, Meire nos contou sobre sua experiência com a distribuição de cestas e marmitas. Ela disse reconhecer a medida emergencial como importante, mas insuficiente pensando na emancipação da população. Lembro-me dela ter dito algo como:

“Não aguento mais ficar distribuindo cesta... Isso não tira ninguém da miséria. E ainda por cima quando a gente recebe doação tem vezes que precisamos tirar foto das pessoas recebendo ela... É muito triste filmar uma situação dessas: parece que a miséria virou um espetáculo” (Diário de Campo, 14/04/2021).

(...)

Foi nessa perspectiva de fortalecer a coletividade e superar o assistencialismo que a ideia de montarmos uma cozinha comunitária foi tomando forma. As trabalhadoras do ICP, sugeriram a construção da cozinha no segundo andar da sede da ONG. É do desejo delas que a comunidade se aproprie do espaço e das oficinas que planejamos fazer.

Aos poucos, fomos recebendo doações de fogões, aventais, de uma bancada, uma geladeira e outros utensílios de cozinha, principalmente vindo

da rede próxima das pessoas envolvidas no projeto. Além disso, antes da abertura oficial já havíamos programando várias semanas de oficinas de capacitação de cozinha para que os moradores do Jardim Paraná fossem criando intimidade com o espaço.

Um dia, no início de maio, eu e outros militantes chegamos no ICP animados para olhar como tinha ficado a Cozinha após a arrumação das doações que as trabalhadoras do ICP disseram ter feito durante a semana. Queríamos ter o gostinho de ver uma parte dos sonhos que sonhamos juntas tomando forma.

Então, conforme subíamos as escadas rumo ao segundo andar, o cheiro era de tinta fresca. Ao entrarmos na sala anterior à cozinha, havia uma mesa coberta por uma toalha de mesa colorida e flores no vaso do centro (Foto 2). Na cozinha, também havia flores nos vasinhos espalhados pelo ambiente, panelas e potes empilhados nas estantes. O fogão estava disposto na frente de uma parede laranja recém pintada, a geladeira e a pia estavam em frente a outras paredes recém pintadas de branco. Tudo visivelmente feito com carinho.



Foto 3: Temperos da Cozinha Comunitária. Arquivo pessoal.



Foto 4: Sala anterior à cozinha arrumada. Arquivo pessoal.



Foto 5: Atividade na sala anterior à cozinha. Arquivo do Coletivo Mutirão pelo Bem Viver.

Todes adoraram o resultado e questionamos porque elas não haviam esperado a gente para ajudar com a pintura ou com a organização mais pesada. Elas responderam que queriam fazer uma surpresa pra nós e Meire completou:

“Eu queria que vocês vissem tudo pronto! Vocês viram que a gente colocou flores? A gente tá cansada de ver coisa feia, sofrimento, dor... A gente merece um lugar bonito, arrumado, cheiroso” (Diário de Campo, 01/05/2021).

Finalizo a descrição do primeiro caso com essa fala bonita da Meire que é um dos exemplos que mais gosto para simbolizar que a potência criadora de resistências emerge desde os pequenos detalhes. Além disso, essa fala também me fez lembrar de não esquecer que um dos motivos pelo qual lutamos é porque acreditamos que merecemos mais do que as condições materiais de classe, raça ou gênero que o sistema capitalista nos oferece nesse contexto histórico. Lutamos porque queremos um mundo melhor, mais justo. Lutamos porque merecemos conforto, beleza, um ambiente digno, lazer e todos os nossos direitos garantidos.

Desde sua inauguração no dia 15 de maio até o mês de outubro a cozinha comunitária do Instituto Caminho da Paz em parceria com o Mutirão pelo Bem Viver, sediou mais de dez atividades coletivas entre oficinas e cursos, todas realizadas aos finais de semana. Para isso, mobilizou mais de vinte pessoas do território do Jardim Paraná, sete participantes da LAPSIT e em torno de trinta militantes do MBV direta ou indiretamente implicados no funcionamento das formações na Cozinha.



Foto 6: Daniela na oficina de hambúrgueres veganos. Arquivo pessoal.



Foto 7: Preparação dos legumes para a refeição coletiva. Arquivo do coletivo Mutirão pelo Bem Viver.



Foto 8: Feitura da refeição coletiva no fogão. Arquivo do coletivo Mutirão pelo Bem Viver.



Foto 9: Preparação da refeição coletiva. Arquivo do coletivo Mutirão pelo Bem Viver.

Com a experiência adquirida nesse pouco tempo de existência da cozinha, já pudemos perceber uma grande dificuldade em atingir os moradores do Jardim Paraná. A divulgação das atividades é feita pelo Instagram - algumas das artes estão em Apêndices - e, principalmente, por Whatsapp: plataforma muito utilizada no território, segundo as trabalhadoras do ICP. Porém, mesmo assim, sentimos que o espaço ainda não foi apropriado pela comunidade para além das trabalhadoras do ICP devido à baixa adesão.

Desse modo, adotamos duas novas estratégias. Uma delas consiste em sair pelas ruas do bairro para fazer a divulgação da cozinha e do ICP, em geral, por meio de panfletos e no “boca a boca” a partir de novembro. Outra estratégia que passou a ser utilizada - a partir do meio de outubro - foi a divulgação da cozinha e das outras

frentes de atuação do projeto através da Rádio Cantareira. O contato se deu por meio da mediação do Seu Quintino - bem como será detalhado no Caso 3. Assim, esperamos que a comunidade utilize o espaço de forma solidária e autogestionária também nos dias de semana.

CASO 2 - Geração de renda

Maio começou nos trazendo uma manhã fria e seca. No ICP, aos poucos as trabalhadoras e militantes foram chegando e posicionando as cadeiras, organicamente, de modo circular. Depois, sentadas em roda - prática que se tornou costume em nossos encontros -, falávamos sobre as novidades do bairro e de nossas vidas antes de começar uma oficina de capacitação na cozinha.

Novamente, as trabalhadoras do ICP trouxeram a preocupação com o crescente desemprego agravado pela pandemia e pelas crises enfrentadas no país, então, buscamos nos aprofundar sobre a questão. Meire expôs sua vontade de fazer algum projeto voltado à geração de renda no bairro e, a partir disso, as trabalhadoras foram nos apresentando uma explicação muito lúcida sobre o funcionamento econômico capitalista:

“Quase sempre o que acontece é que a pessoa pega o dinheirinho suado dela no final do mês e vai lá no Extra ou em outra grande loja gastar... Ai, o pouco dinheiro dessa pessoa não fica aqui, no bairro, acaba escoando de volta pra quem já tem muito dinheiro: volta pro topo da pirâmide” (Diário de Campo, 01/05/2021)

A economia capitalista, ao favorecer a concentração de renda nas mãos de poucos, contribui com a pobreza de grande parte da população. Bem como aprofundado no capítulo “Necropolítica e racismo”, a história de exploração colonial

deixa como legado uma imensa desigualdade socioeconômica no Brasil. Cabe ressaltar que, a percepção assertiva das trabalhadoras do ICP trazida na fala anterior acerca do “escoamento” do dinheiro dos trabalhadores de volta para o bolso dos bilionários condiz com as notícias atuais.

Em junho de 2021, o site da UOL de São Paulo noticiou que a desigualdade no Brasil aumentou no último ano de modo que “1% da população concentra 50% da riqueza”⁸. A matéria traz dados do relatório da Riqueza Global, publicado anualmente pelo banco Credit Suisse, o qual aponta que o Brasil teve um crescimento de 2,7% no índice de desigualdade na comparação com o ano passado. Outros jornais como, Isto É, Nexo, Folha e Brasil de Fato também noticiaram o aumento da desigualdade social⁹.

Através da matéria intitulada “Enquanto fome avança, número de bilionários cresce no Brasil, e seu patrimônio dobra”¹⁰ de abril de 2021, o jornal Brasil de Fato, apresentou o ranking dos Bilionários do Mundo de 2021, divulgado pela Forbes. A lista apresentou crescimento em relação ao ano anterior: um total de 660 novos nomes, incluindo 42 brasileiros.

Ao passo que, de acordo com estudo da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, 19 milhões de brasileiros estiveram em situação de fome no país em 2020 (PenSSAN, 2021, p. 35). Ao comparar o aumento da fome com o aumento de bilionários no Brasil, como mostrou a notícia anterior, é impossível não nos revoltarmos com tamanha desigualdade.

Após esse breve mergulho jornalístico incitado pela conversa que tivemos no ICP naquele dia sobre o modo desonesto com que a economia capitalista funciona, voltemos às formas de produzir resistência a esse sistema. Uma dessas maneiras,

⁸ <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/06/24/distribuicao-riqueza-nacional---brasil.htm>

⁹ <https://www.istoedinheiro.com.br/brasil-tem-40-novos-bilionarios-em-2021-diz-forbes-veja-a-lista/>
<https://www.nexojournal.com.br/extra/2021/06/25/Desigualdade-aumenta-no-Brasil-da-pandemia-o-1-est%C3%A1-mais-rico>
<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/desigualdade-cresce-e-1-no-topo-da-piramide-do-brasil-concentra-metade-da-riqueza.shtml>

¹⁰

<https://www.brasildefato.com.br/2021/04/06/enquanto-fome-avanca-numero-de-bilionarios-cresce-no-brasil-e-seu-patrimonio-dobra>

pensadas coletivamente a partir de ideias trazidas pela Meire naquele dia, foi a necessidade de fortalecer a economia local e organização coletiva da base da pirâmide de modo que o dinheiro não “escoe” para o topo de novo.

Nesse sentido, fomos pensando em promover iniciativas de Economia Solidária. A partir daí, pensamos em mapear os comerciantes do bairro, coletando informações sobre renda, raça/cor, gênero: uma espécie de mini CENSO para conhecermos as demandas dos moradores. Também pensamos em utilizar a ferramenta do “banco de tempo” para promover trocas de serviços dentro da comunidade e, quem sabe, também a criação de uma moeda social para circular no Jardim Paraná e fomentar o comércio local. Sonhamos alto.

Esse foi um dia difícil para tirarmos encaminhamentos, pois a chuva de ideias - e sonhos - nos animou imensamente com a construção de projetos a longo prazo. Ao final, afim de traçar próximos passos dentro das nossas possibilidades de ação, concluímos que fazia sentido estabelecermos uma parceria com a área de Extensão da Liga Acadêmica de Psicologia Social do Trabalho (LAPSIT), organização vinculada à PUC SP e da qual faço parte desde o início de 2021.



Foto 10: Reunião sobre geração de renda com a Liga Acadêmica de Psicologia Social do Trabalho, Instituto Caminho da Paz e Mutirão pelo Bem Viver. Arquivo do coletivo Mutirão pelo Bem Viver.



Figura 11: Reunião sobre geração de renda com a Liga Acadêmica de Psicologia Social do Trabalho, Instituto Caminho da Paz e Mutirão pelo Bem Viver. Arquivo do Coletivo Mutirão pelo Bem Viver.



Foto 12: Roda de conversa com a participação de militantes da Liga Acadêmica de Psicologia Social do Trabalho, Instituto Caminho da Paz e Mutirão pelo Bem Viver. Arquivo do Coletivo Mutirão pelo Bem Viver.

Após algumas reuniões e muito diálogo, a LAPSIT foi se aproximando do MBV e do ICP. Desse modo, com mais cabeças pensando em conjunto, criamos meses depois o projeto “Páginas Amarelas” - em anexo em Apêndices - que teve por objetivo inicial mapear e divulgar comerciantes e serviços presentes no bairro para a própria comunidade. Bem como, divulgar o trabalho do ICP para aqueles que ainda não conhecem e chamá-los para se associarem.

Porém, com o passar do tempo, fomos compreendendo que já existe muita familiaridade dos moradores com os comércios e dos próprios comerciantes entre si: o que é ótimo. Desse modo, poderíamos “apenas” fortalecer essas relações de solidariedade através da organização de comerciantes,

prestadores de serviço e trabalhadores autônomos em Assembleias de Comerciantes locais para pensarmos em soluções coletivas para problemas comuns a todos. Nesse novo formato, o ICP ocupa o lugar de articulador dessa rede, sediando as Assembleias.

Até o momento de entrega deste trabalho, esse projeto reformulado está em fases iniciais, com previsão de que esteja a todo vapor em 2022.

Além disso, a LAPSIT em parceria com o MBV contribuiu com a organização de oficinas e cursos de formação sobre economia solidária voltados ao ICP e ao território. Algumas dessas iniciativas relacionam-se com a cozinha e outras foram no sentido de capacitar e gerar renda a partir de outro campo, como a oficina de macramê (Card X, em Apêndices), por exemplo.

Outra iniciativa importante advinda de diversas discussões ao longo desse ano é a “hamburgada vegana” (Foto 9 e 10): projeto de geração de renda em conjunto com a cozinha comunitária. Por meio da divulgação piloto feita internamente para MBV no segundo semestre de 2021, pudemos compreender os recursos necessários para divulgar, receber encomendas, preparar os hambúrgueres na cozinha comunitária e armazená-los.

Desse modo, agora munidos dessa experiência pregressa, a LAPSIT e o MBV contribuirão em breve com a divulgação externa da próxima “hamburgada vegana” em suas redes sociais. A renda obtida será dividida com as pessoas do território que participaram da confecção.



Foto 13: Preparação dos hambúrgueres veganos na oficina. Arquivo pessoal.



Foto 14: Preparação dos hambúrgueres veganos. Arquivo pessoal.

CASO 3 - Horta comunitária

Além da cozinha comunitária, outra ideia central que vínhamos sonhando desde o início do ano é a horta comunitária: a ser construída com apoio dos militantes do MBV+LAPSIT em conjunto com os moradores do bairro. Os objetivos são: promover iniciativas de educação ambiental e experiência comunitária que fortaleceriam a coletividade no território. Bem como facilitar o acesso da

comunidade à alimentos orgânicos de qualidade por meio da agroecologia, de modo a combater a insegurança alimentar tão recorrente em nosso país.

Ao longo do ano, Meire recebeu três propostas de doação de terra de conhecidos para executarmos o projeto: uma bem grande no Jardim Fontalis e outras duas no Jardim Paraná, mais próximas ao ICP. O terreno no Jardim Fontalis está em estudo e um dos terrenos do Jardim Paraná acabou não dando certo. Então, em outubro de 2021 começamos a dar forma à horta comunitária no outro terreno do Jardim Paraná:

Era o primeiro dia de mutirão de limpeza do terreno da nossa futura horta comunitária no Jardim Paraná. Estávamos animados com o sol que se abria depois de uma noite inteira de chuva e trovoadas. Naquele dia, aconteceria também uma discussão importante sobre o Projeto Páginas Amarelas, além de um almoço coletivo feito na cozinha comunitária.

Como havia muito a ser feito naquele dia, chegamos ao ICP pontualmente às 9h da manhã, 1h antes do horário usual. De início, cumprimentamos todas as trabalhadoras do ICP e seguimos para o segundo andar para mostrar a cozinha para as militantes que ainda não conheciam. Em seguida, fomos para o terreno. Dessa vez, estávamos com mais militantes para dar conta das três tarefas do dia: fazer o mutirão na horta, cozinhar o almoço e fazer a reunião sobre o Projeto Páginas Amarelas. Fiquei no grupo da horta de manhã e, na parte da tarde, participei da reunião sobre geração de renda.

O terreno era plano, mas repleto de mato e entulho (Foto 11). Para além de tirar as raízes dos matos, foi necessário cavar mais para tirar restos de tijolos, pedras, vidros e outros materiais encontrados. Cada um foi tomando uma tarefa para si e o trabalho foi caminhando. *‘Só faltava a música’*, falamos, *‘Podíamos ter trazido uma caixinha de som’*. Pouco tempo depois,

como se tivesse ouvido nosso pedido, um vizinho colocou música alta e acabou ajudando a motivar o trabalho na horta.



Foto 15: Mutirão de limpeza da horta comunitária. Arquivo do coletivo Mutirão pelo Bem Viver.

Após pouco menos de duas horas depois, tivemos a chegada do Seu Quintino: importante liderança comunitária da região da Brasilândia e parceiro de longa data da Meire. Estávamos todos ansiosos para conhecer o tão falado senhor de 76 anos que atua no Movimento Ousadia Popular¹¹. Então, nos juntamos em roda para aprender um pouco com toda sua trajetória de luta.

¹¹ Para conhecer mais sobre o coletivo que Seu Quintino organiza: movimentousadiapopular@yahoo.com.br ou pelo Facebook, disponível em: <https://www.facebook.com/movimentousadiapopular> (Acesso 18 de outubro de 2021).

Naquele momento de troca, desejei que a música parasse e que a pandemia não existisse, pois era difícil compreender algumas frases em meio ao ambiente barulhento e ao uso da máscara. Mesmo assim, a conversa aconteceu. Seu Quintino trouxe com pesar um relato sobre a poluição das águas na região:

“Estão fazendo secar várias nascentes que descem da Serra da Cantareira pra cá (...). Eles cobraram esgoto para depois jogar a sujeira na nossa água sem tratar. Isso não é escoto!” (Diário de Campo, 16/10/21)

(...)

“Maltratar a floresta, as águas, é maltratar eles próprios... porque um dia eles vão precisar disso pra viver.” (Diário de Campo, 08/11/21).



Foto 16: Conversa com Seu Quintino. Arquivo pessoal.

Seu Quintino relatou as diferenças que percebe desde quando chegou na região até hoje. Ele é história viva, encarnada. Fomos nos interessando cada vez mais por sua trajetória. Pairava no ar uma admiração e esperança grandes. Ver que a *ousadia* e a coragem da luta continuavam vivos naquele senhor era algo precioso para nós. A juventude revolucionária deve sempre (re)conhecer a história de quem veio antes para abrir caminhos.

Ele nos contou que começou sua trajetória militante com sete anos, momento esse que recebeu “*um chamado*”:

“Saí de casa e estava andando pela estrada de terra lá em Minas, até que olhei pro céu e ouvi o chamado. Vi muita cachoeira, água limpa, uma paisagem linda desenhada no céu...” (Diário de Campo, 16/10/21)

Desde então, Seu Quintino abraçou a luta pelos direitos das pessoas e da natureza como missão de vida.

Hoje em dia, se orgulha de poder ensinar educação ambiental nas escolas das periferias. E, entre outras coisas, luta também por moradia, pela construção e preservação de parques e melhoria da saúde pública na região - como citado anteriormente.

(...)

Depois de algum tempo de conversa, Seu Quintino, abriu a mochila e tirou uma garrafa de “chorume”, um biofertilizante que ele mesmo tinha feito em casa por meio da compostagem. Doou para nós e disse que o composto poderia ser diluído em 20L de água. Depois, desembrolhou um facão e uma foice e começou a cortar os matos que mais estávamos com dificuldade.

Eu pensava que Seu Quintino estava lá para fortalecer nossa horta, no sentido de dar sua ‘bênção’. Mas não apenas ele nos deu sua presença e

suas histórias, como também nos deu chorume e ajudou com a limpeza dos matos. Fiquei chocada com a facilidade com que ele limpou boa parte do terreno. Seu Quintino gosta muito de mexer com a terra: “*Quem mexe com a terra é feliz*”, disse ele. Acho que isso explica a familiaridade dele com o facão.

Conforme fomos trabalhando na horta, vários moradores passaram e cumprimentavam Seu Quintino, sempre atencioso com todos. Uma moradora, em especial, deu oi para nós e mais tarde voltou com um pé de salsinha que deixou como doação, animada com a existência da horta comunitária.



Foto 17: Militantes do MBV e da LAPSIT com Seu Quintino. Arquivo pessoal.

Já perto da hora do almoço, no início da tarde, convidamos Seu Quintino para conhecer nossa cozinha comunitária. Chegando lá comentamos sobre

as dificuldades de conseguir popularizar o local entre os/as moradores. Rapidamente, ele sugeriu fazermos divulgação por meio da Rádio Cantareira¹², muito popular na região. E, rapidamente, disponibilizou seu contato para ajudar a fazer a entre nós e a rádio.

Enquanto essas e outras trocas aconteciam, o almoço ficava pronto. Seu Quintino acabou não podendo ficar para o almoço porque tinha outro compromisso, mas disse que voltaria com mais calma.

Então, fomos organizando as mesas coletivas e preparando os talheres e pratos para que a outra parte do grupo trouxesse a comida. O cardápio do dia foi: arroz, feijão preto, farofa de cenoura com cebola e casca de banana temperada (Foto 14). Já de sobremesa teve doce de banana com canela e açúcar.



Foto 18: Refeição pronta. Arquivo pessoal.

¹² Para conhecer mais: <http://radiocantareira.org/> ou Rádio Comunitária Cantareira no Youtube



Foto 19: Militantes se servindo no almoço coletivo. Arquivo pessoal.

No carro, mesmo cansades devido ao esforço físico despendido ao longo do dia, comentamos sobre a satisfação de ver mais uma parte do projeto tomando forma. Além disso, revisitamos o encantamento provocado pela trajetória militante de Seu Quintino, carregada de coerência ético-política, bem como a da Meire. Ambas nos trazem muito forte a noção marxista de à práxis revolucionária que nos provocam muita inspiração na luta e coragem de esperar.

Ainda no mês de outubro, o ICP recebeu a concessão de outro terreno, dessa vez bem maior, para dar início à uma nova horta comunitária. O espaço, cercado por belas árvores, fica no pé da Serra da Cantareira (Foto 14). A existência de alguns pés de frutas no local animou a todos ainda mais, uma vez que o local já parece uma agrofloresta. Assim, o início dos mutirões de limpeza do novo terreno está previsto para o final de novembro.



Foto 20: Foto panorâmica da nova futura horta do Jardim Paraná.

IV. DISCUSSÃO

Neste capítulo, faremos a síntese dos Resultados. No entanto, vale ressaltar que grande parte da análise já foi feita junto à apresentação das anotações do diário de campo. Uma vez que, a etnografia tem como importante premissa a inseparabilidade entre resultados e análise, do mesmo modo em que não é possível separar o vivido do pensado a respeito (Sato e Souza, 2001; Andrada, 2018).

Nesse sentido, os dados e vivências do campo foram expostos e analisados em três casos. E, antes da apresentação dos mesmos, decidimos abrir o capítulo de Resultados com algumas das manifestações da política de morte que foram percebidas ao longo das visitas. Desse modo, procuramos dar ênfase ao objetivo da pesquisa, o qual consiste em compreender algumas das formas de resistência frente a tais manifestações no Necrocapitalismo no cotidiano de trabalhadoras do Instituto Caminho da Paz.

Então, posteriormente, cada um dos três casos foi apresentado: “Caso 1: Cozinha Comunitária”, “Caso 2: Geração de renda” e “Caso 3: Horta Comunitária”. A ordem de apresentação seguiu a cronologia do início das ações das frentes de atuação do projeto, as quais também nomeiam os casos. O que não quer dizer que as iniciativas não tenham acontecido ao mesmo tempo e que não há diálogo entre elas, muito pelo contrário. Além disso, pode-se dizer que a ordem apresentada foi convocando um movimento gradual de ramificação da rede, da coletividade.

O Caso 1 trata sobre a Cozinha, por exemplo, local que nos remete à casa, ao âmbito domiciliar da vida. Apesar de tratar-se de uma Cozinha Comunitária, ainda existe pouca formação de rede, uma vez que a comunidade ainda não está apropriada do espaço - conforme relatado no Caso 1. Aqui, começamos fazendo rede apenas entre ICP e MBV. É possível pensar também nessa frente como sendo mais emergencial, uma vez que relaciona-se à necessidade básica e fisiológica de comer (sobrevivência e manutenção da vida).

Ao passo que, no Caso 2, relatamos a construção da frente de Geração de Renda através de iniciativas de Economia Solidária. Abre-se espaço para a discussão e conquista do âmbito do trabalho. Desse modo, a rede vai se ramificando e agora a LAPSIT chega também como parceira. Além disso, as ações são pensadas de modo a entrar em contato com comerciantes e outros prestadores de serviço do território, medidas que demandam maior tempo - com relação ao caso anterior - para serem efetivamente implementadas.

Já no Caso 3, botamos a mão na terra para dar início aos trabalhos na Horta Comunitária do Jardim Paraná - que, provavelmente, se expandirá para um terreno ainda maior logo. Também pudemos conhecer um pouco sobre Seu Quintino, importante militante da região da Brasilândia, o qual também nos convidou a conhecer seu Coletivo no Jardim Damasceno. Nesse sentido, o caso termina com um indicativo claro de ampliação e ramificação da rede.

Nessa ação, literalmente territorializada, recebemos apoio dos moradores desde a concessão dos terrenos, bem como por meio da ajuda com a limpeza do terreno e pela doação de sementes e plantas. O que também nos coloca diante da temporalidade da natureza, do crescimento dos pés.

Agora, dando continuidade à síntese dos Resultados, gostaríamos de destacar aspectos transversais, ou seja, eixos que estão presentes em todos os casos. São eles:

1) A coletividade voltada ao bem comum. O cerne do trabalho consiste em afirmar - muitas vezes e de jeitos diferentes - a potência da coletividade e da ética voltada ao bem comum. Nesse sentido, manifesta-se ora na Cozinha, ora nos grupo de Geração de Renda, ora na Horta comunitária. Bem como tem nas rodas de conversa uma outra forma de expressão. Uma vez que, a discussão em roda é ferramenta de organização da esfera pública de forma horizontal; além de proporcionar um momento de identificação do sujeito coletivo/da coletividade e fortalecimento das relações.

Cabe ressaltar que, a coletividade também esteve diretamente presente, enquanto sujeito, na produção do trabalho. Pois, a pesquisadora teve seus momentos de maior inspiração/produção após os encontros com a orientadora Prof^a Cris Andrada, bem como nos dias em que ia ao território.

2) As práticas solidárias enquanto expressão de pertencimento, identidade e enraizamento no território produzem “a participação social necessária para resistir e sobreviver ao avanço do capitalismo como modo de produção, como ordenador de regras e criador de valores e de modos de ser” (Sato et. al, 2021, p. 18). Mais adiante falaremos mais sobre a centralidade das práticas solidárias nas resistências.

3) O humor como expressão de tônus resistente e linguagem de conexão afetiva. A pesquisadora percebeu o humor como uma forma de insistir em vida, e um dos modos de não sucumbir a passividade ou apatia. O bom humor também cumpre a função contagiante de aproximar as pessoas. Tanto que, as relações internas do MBV foram se tornando muito mais personalizadas e baseadas na amizade à medida que fomos contagiados pelo convívio com as trabalhadoras do ICP.

Nesse sentido, o trabalho traz importantes reflexões para a compreensão de *como as resistências ao Necrocapitalismo são produzidas*. Primeiro, por meio do levantamento bibliográfico, compreendemos que o funcionamento do sistema

capitalista produz mortes de diversas maneiras neste contexto histórico. Em seguida, somos apresentados aos modos de produção de vida e resistência frente a isso.

A Psicologia, recorrentemente, se ocupa de produzir conhecimento sobre sofrimento psíquico, de modo a estudar pessoas muitas vezes apassivadas e afastadas de sua potência. Por outro lado, a presente pesquisa deixa sua contribuição ao ir na direção oposta, ou seja, buscando compreender os recursos coletivos acumulados os quais permitem às pessoas produzirem saúde e resistência mesmo em situações de extrema vulnerabilidade social.

Desse modo, os sujeitos que participaram dessa pesquisa foram compreendidos como potentes e capazes de falarem por si mesmos sobre suas demandas e lutas. Compreensão essa, que ressoa com o citação abaixo:

Por fim, entendemos que a precariedade, no contexto de uma realidade híbrida como a brasileira (Oliveira, 2013), possibilita a geração de “sujeitos organizáveis e organizados” (Julián, 2017) dando nova conotação aos “processos constitutivos de resistências, coleticvidades y movilización” (Julián, 2017, p. 31) que vão okupando (León-Cedeño, 2006) cotidianamente espaços e produzindo uma racionalidade capaz fazer frente a própria condição de precariedade. (Sato et. al, 2021, p.17)

As autoras do artigo “Resistências ao trabalho precário por meio de relações solidárias: quatro casos do Brasil” (2021), citado acima, também nos lembram da forte herança de Paulo Freire e da Psicologia Social do Trabalho (PST) presente neste modo de produção de conhecimento:

A adoção do marco da PST implicou em uma opção epistemológica e ético-política pela cooperação entre pesquisadores e trabalhadores, nos diferentes casos abordados, na tarefa de produzir conhecimento desde **a perspectiva dos trabalhadores sobre suas vidas cotidianas** (Freire, 1981). Assim, elas e eles foram tratados como **sujeitos conhecedores de sua realidade sociolaboral (...)** (Sato et al, 2021)

V. Considerações Finais

Tendo em vista o material produzido e analisado a partir da vivência em campo, a presente pesquisa cumpriu o sentido que se propôs, uma vez que reúne elementos importantes para compreender *como as resistências são produzidas*. Para tanto, caracteriza as condições materiais e simbólicas, objetivas e subjetivas (psicossociais) que possibilitaram a produção coletiva do fenômeno a nível micropolítico, ou seja, a partir do recorte do trabalho realizado no Jardim Paraná.

Nesse sentido, conclui-se que a pesquisa, realizada fora da institucionalidade, reconhece a importância de produzir resistência coletiva para o enfrentamento do avanço do necrocapitalismo e revela condições importantes sobre o seu processo. Estando, portanto, alinhada com a confiança depositada por Rosa Luxemburgo na participação das massas no processo revolucionário de transformação social: “Às massas, organizadas e mobilizadas, cabe realizar as mudanças e transformações societárias” (Guerra e Guimarães, 2013).

Bem como contempla o desejo da pesquisadora de produzir um registro de qualidade acerca da experiência de organização coletiva construída pelo Instituto Caminho da Paz em parceria com o Mutirão Pelo Bem Viver e a Liga de Psicologia Social do Trabalho da PUC SP.

Ao longo da construção deste trabalho, diversas questões importantes que estavam além do enquadre delimitado puderam ser percebidas. São elas: a sobrecarga do trabalho militante, os desafios de dividir tarefas nos movimentos autogestionários de modo a não centralizar pessoas na luta - tanto no sentido da sobrecarga já citado, como para não correr o risco de cair em personalismos. Além da dificuldade de mobilização das pessoas em ações formativas e/ou educacionais e dos desafios de incorporar uma didática para educação popular.

O estudo acerca da organização dos movimentos sociais não foram e não poderiam, de modo algum, serem esgotados no presente trabalho. A Psicologia

sabe pouco sobre as produções de resistências e a academia tem muito a aprender com os saberes populares. Assim, deixo os temas acima citados como sugestão para novas pesquisas.

VI. BIBLIOGRAFIA

Aguiar, W. M. J., & Ozella, S. (2006). Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 26(2), 222–245. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s1414-98932006000200006>> Acesso em 11 de setembro de 2020.

Andrada, C. (2010). Etnografias em Psicologia Social: notas sobre uma aproximação fecunda. *Ponto Urbe*. Disponível em: <<https://doi.org/10.4000/pontourbe.1661>> Acesso em 05 de setembro de 2021.

Andrada, C. (2018). O método no centro: relatos de campo de uma pesquisa psicossocial de perspectiva etnográfica. *Psicologia USP*. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305157319009>> Acesso em 10 de setembro de 2021.

Andrada, C. F.; Esteves, E.; (2021). Resistências ao trabalho precário por meio de relações solidárias: quatro casos do Brasil. *Quaderns de Psicologia*. Disponível em: <<https://doaj.org/article/dfb992f8fdb42d9818df59810be9e40>> Acesso em 30 de setembro de 2021.

Benício, L. F. de S., Barros, J. P. P., Rodrigues, J. S., Silva, D. B. da, Leonardo, C. dos S., & Costa, A. F. da. (2018). Necropolítica e Pesquisa-Intervenção sobre Homicídios de Adolescentes e Jovens em Fortaleza, CE. *Psicologia: Ciência e Profissão*, p. 192–207. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/1982-3703000212908>> Acesso em 11 de setembro de 2020.

Bento, B. (2018). Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação? *Cadernos Pagu*, 53. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/18094449201800530005>> Acesso em 02 de outubro de 2020.

Borges, M. C.; Brandão, C. R. (2007). A pesquisa participante: um momento da educação popular. *Revista de Educação Popular* Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/177524648/A-Pesquisa-Participante-um-momento-da-educacao-popular-CR-Brandao-e-MC-Borges>> Acesso em 14 de outubro de 2021.

Bosi, E. (1979). *Memória e Sociedade*, São Paulo: Taó edições. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4504474/mod_resource/content/1/BOSI%2C%20E.%20Mem%C3%B3ria%20e%20sociedade.%20Introdu%C3%A7%C3%A3o.pdf Acesso em 07 de novembro de 2021.

Bosi, E. (2004). *Notas para um jovem pesquisador*, São Paulo: Ateliê Editorial.

Brito, G.; Klintowitz, D.; Marino, A.; Mendonça, P.; Rolnik, R.; Santoro, P. (2021). Prioridade na vacinação negligencia a geografia da COVID 19 em São Paulo. *LabCidade - Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade*. Disponível em: <<http://www.labcidade.fau.usp.br/prioridade-na-vacinacao-negligencia-a-geografia-da-covid-19-em-sao-paulo/>>. Acesso em: 22 de agosto de 2021

Cerqueira, D., Palmieri, P., Pesquisadora, A., Marques, D., Fbsp, P., Reis, M., Ipea, P., Lins, G., Ipea, P., Marques, D., & Pacheco, D. (2019). *Atlas da Violência. Fórum Brasileiro de Segurança Pública/Ipea.*, pp. 108. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>> Acesso em 06 de setembro de 2020.

Conselho Federal de Psicologia. (2005). *Código de Ética do Profissional Psicólogo*. 20. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>> Acesso em 04 de agosto de 2020.

Foucault, M. (1999). Em defesa da sociedade: curso no Collège de France. São Paulo: Martins Fontes.

Gomes, F. B., & Silva, J. M. (2018). Necropolíticas espaciais e juventude masculina: a relação entre a violência homicida e a vitimização de jovens negros pobres do sexo masculino. *GEOUSP: Espaço e Tempo*, 21(3), 703. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2017.127748>> Acesso em 18 de agosto de 2020.

Guerra, E. C.; Guimarães, M. C. R. (2013). Movimentos sociais e transformação societária: concepções teóricas presentes na tradição marxista. *Marx, Marxismo e Serviço Social*. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802013000100006>> Acesso em 26 de agosto de 2021.

IBGE. (2019). Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. *Estudos e Pesquisas. Informações Demográficas e Socioeconômicas*, 41, 1–12. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf> Acesso em 19 de outubro de 2020.

Instituto Caminho da Paz (2021). Portfólio. 1ª edição. São Paulo, abril de 2021, pp. 7.

Sato, L. (2009). Olhar, ser olhado e olhar-se: notas sobre o uso da fotografia na pesquisa em psicologia social do trabalho. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 12(2), 217. Disponível: <<https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v12i2p217-225>> Acesso em 08 de setembro de 2021.

Magnani, J. G. C. (2009). Etnografia como prática e experiência. *Horizontes Antropológicos*, 15(32), 129-156. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ha/a/6PHBfP5G566PSHLvt4zqv9j/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em 03 de agosto de 2021.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialetica de la dependência*. Cidade do México: Editora Era, 1990.

Mbembe, A. (2018). *Necropolítica*. São Paulo: N-1 edições.

Mbembe, A. (2020). *O racismo anti-negro funciona da mesma maneira que um vírus*. São Paulo: N-1 edições. Disponível em: <https://www.n-1edicoes.org/textos/34> Acesso em 01 de agosto de 2021.

Miranda, G. (2021). *Necrocapitalismo: Ensaio sobre como nos matam*. 1ª edição. São Paulo: Lavrapalavra, 2021.

Noguera, R. (2016). Dos condenados da terra à necropolítica: diálogos filosóficos entre Frantz Fanon e Achille Mbembe. *Revista Latinoamericana Del Colegio Internacional de Filosofía*, 3, 59–73. Disponível em: <http://www.revistalatinoamericana-ciph.org/wp-content/uploads/2018/02/RLCIFnº3.pdf#page=61> Acesso em 18 de outubro de 2020.

Oliveira, D. de. (2018). A Violência Estrutural na América Latina na Lógica do e da Colonialidade. *Revista Extraprensa*, 11(2018), 49–57. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/145010> Acesso em 23 de setembro de 2020.

Paulo, J., & Barros, P. (2019). Criminalização, extermínio e encarceramento: Expressões necropolíticas no Ceará. *Rev. Psicol. Polít*, 19, 475–488. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2019000300008 Acesso em 20 de agosto de 2020.

Pedro & Santos. (2020). Máscara e homem negro: entre o contágio e o racismo em um regime necropolítico, *Psicologia & Sociedade*, 1–17. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/3m6kvDQRj8wBQRn66N6cBJ/abstract/?lang=pt> Acesso em 28 de julho de 2021.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR. VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no

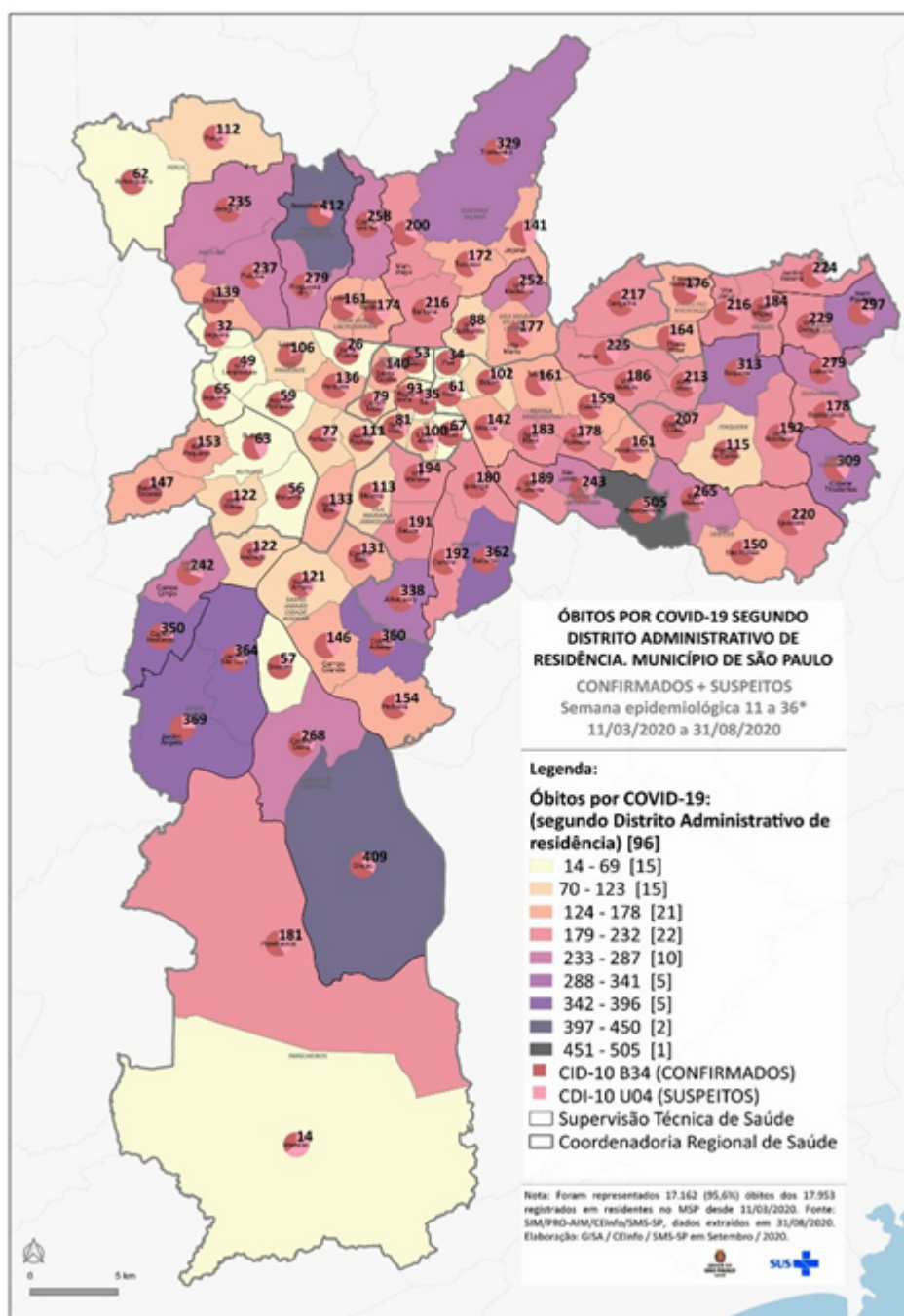
Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2021.
Disponível em: <<http://olheparaafome.com.br/>> Acesso em 12 de setembro de 2021.

Rolnik, S. (2019). Esferas da insurreição. São Paulo: N-1 edições.

Lazzarotto, G. D.; Palombini, A. L.; Szuchman, K. S. (2019). Construção de testemunhos de violência de Estado: Exercício político da formação em psicologia. *Rev. Psicol. Polít.*, 422–434. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2019000300004> Acesso em 23 de setembro de 2020.

VI. APÊNDICES

Figura 1: Óbitos confirmados e suspeitos por Covid-19 segundo Distrito Administrativo (DA) de residência. Município de São Paulo, 2020.

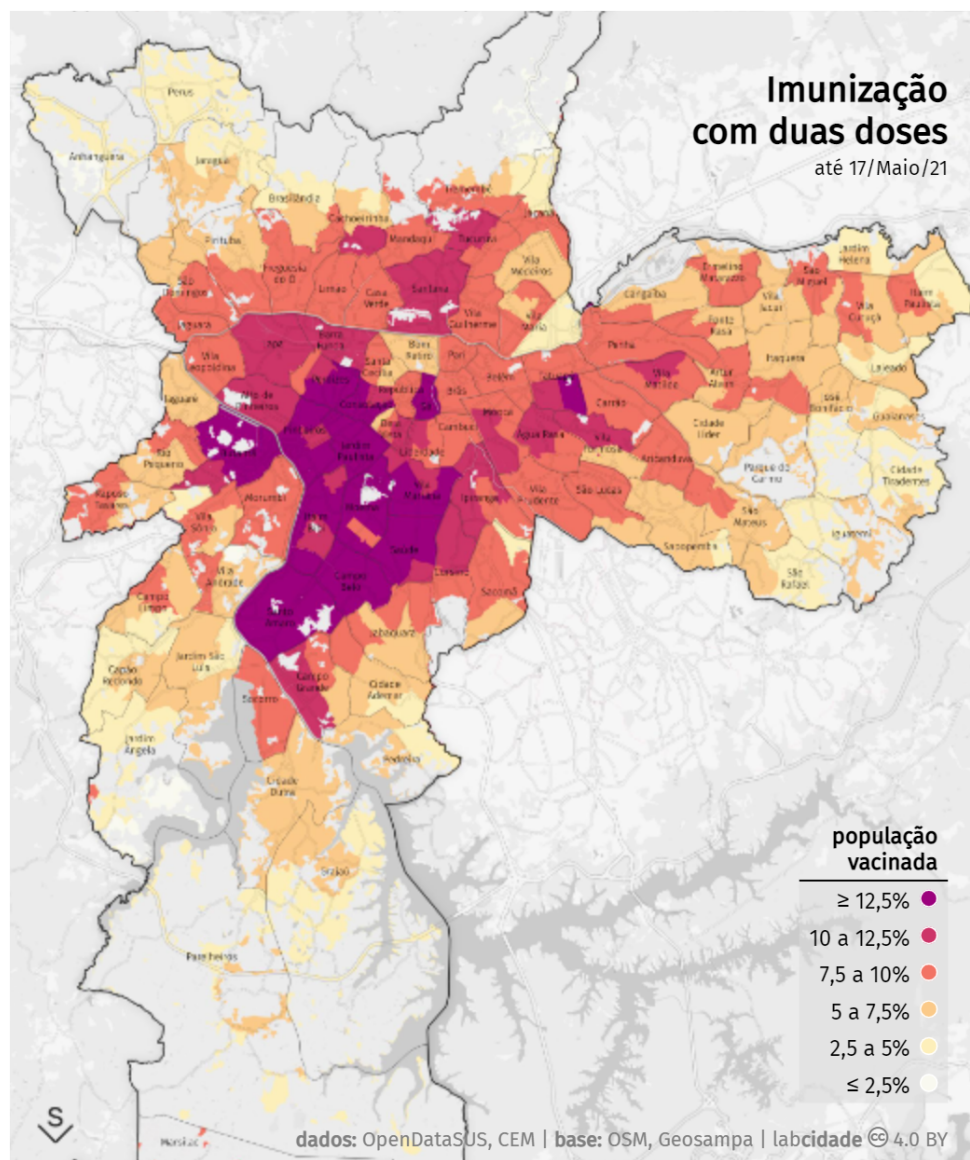


Fonte:

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, 27/05/2020. Disponível em:
https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/COVID19_Relatorio_Situacional_SMS_20200529.pdf

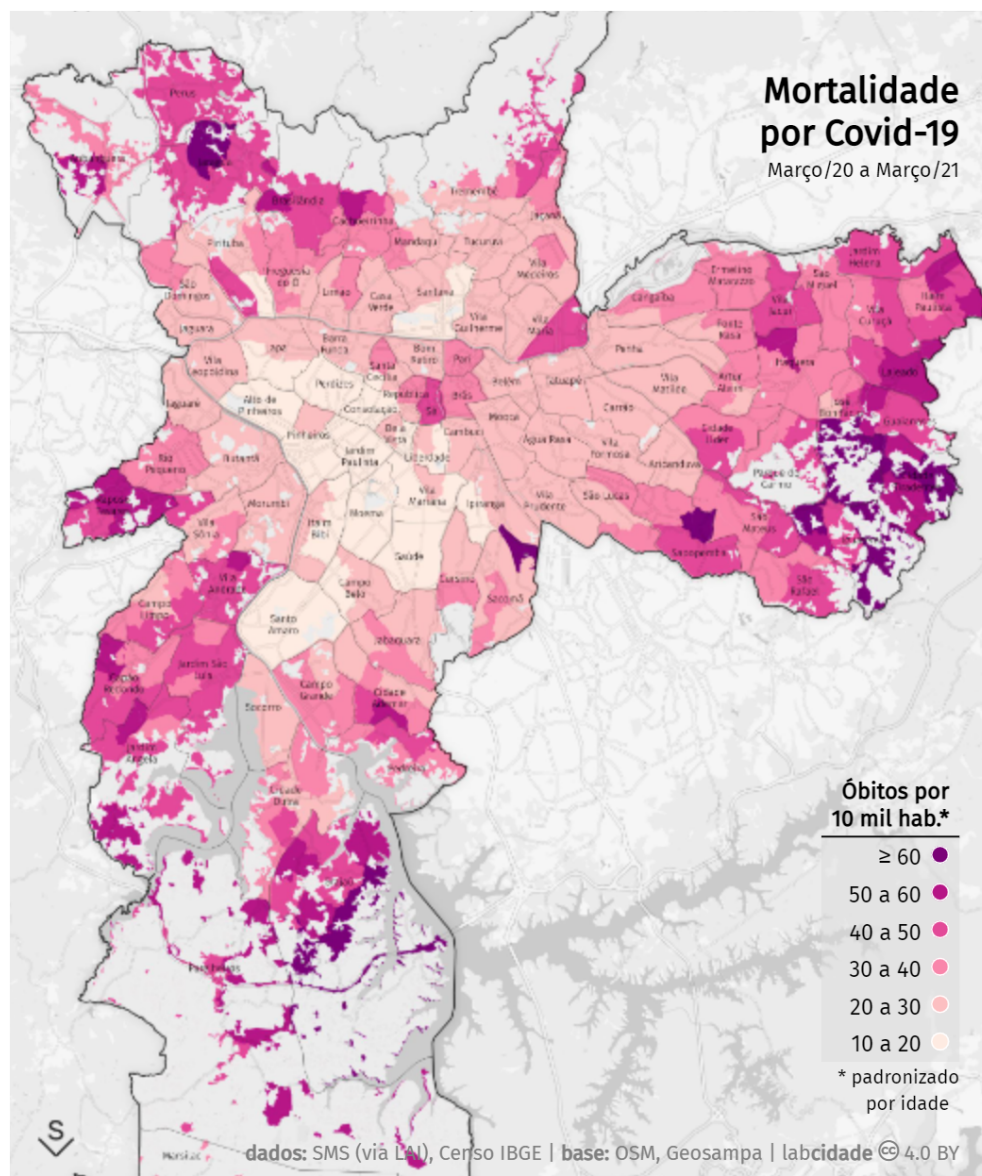
Figura 2: Imunização com duas doses da vacina contra o Covid-19 até 17 de maio de 2021.

LabCidade, 2021.



Fonte: Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, 28/05/2021. Disponível em:
<http://www.labcidade.fau.usp.br/prioridade-na-vacinacao-negligencia-a-geografia-da-covid-19-em-sao-paulo/>

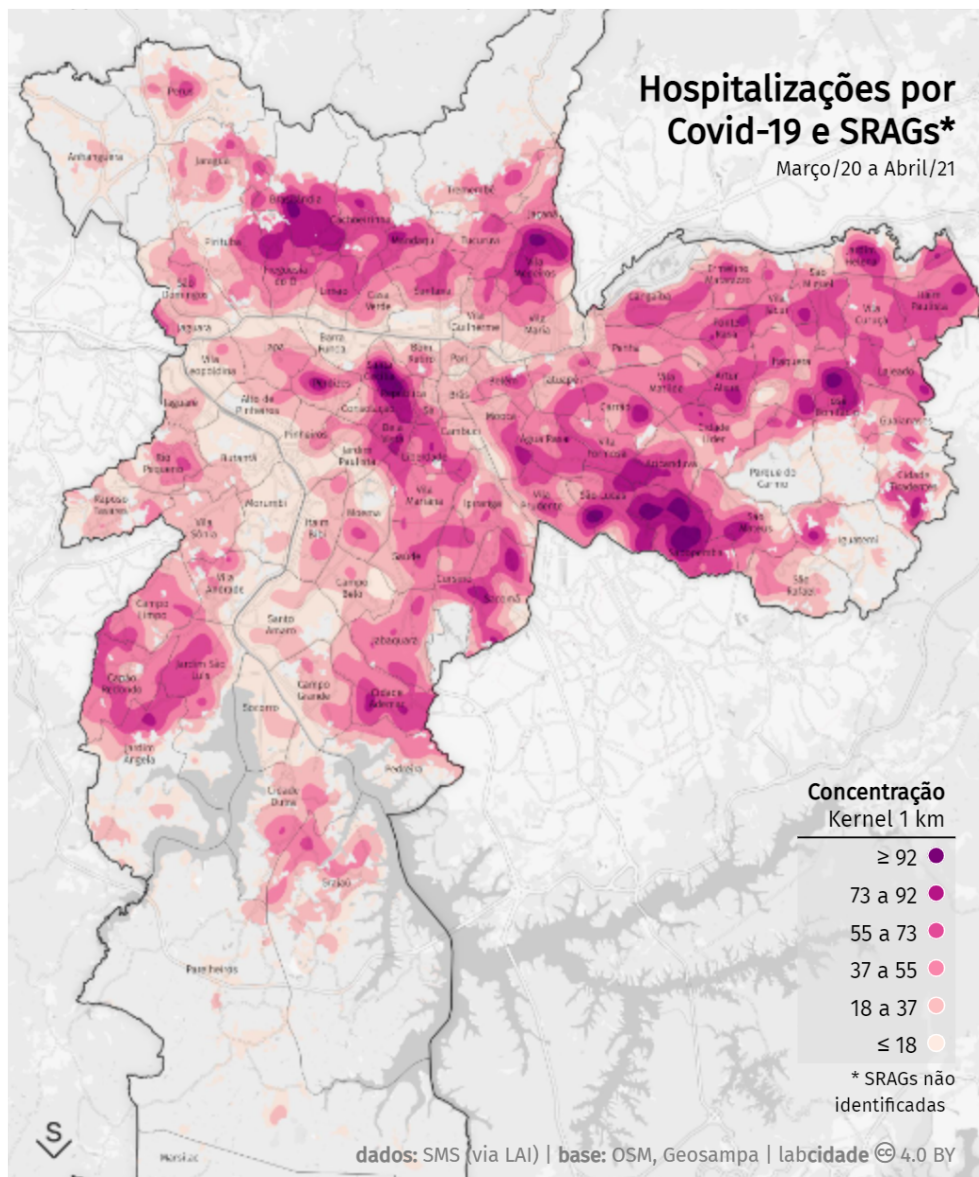
Figura 3: Mortalidade por Covid-19 do período entre março de 2020 e março de 2021.
LabCidade, 2021.



Fonte: Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, 28/05/2021. Disponível em:
<http://www.labcidade.fau.usp.br/prioridade-na-vacinacao-negligencia-a-geografia-da-covid-19-em-sao-paulo/>

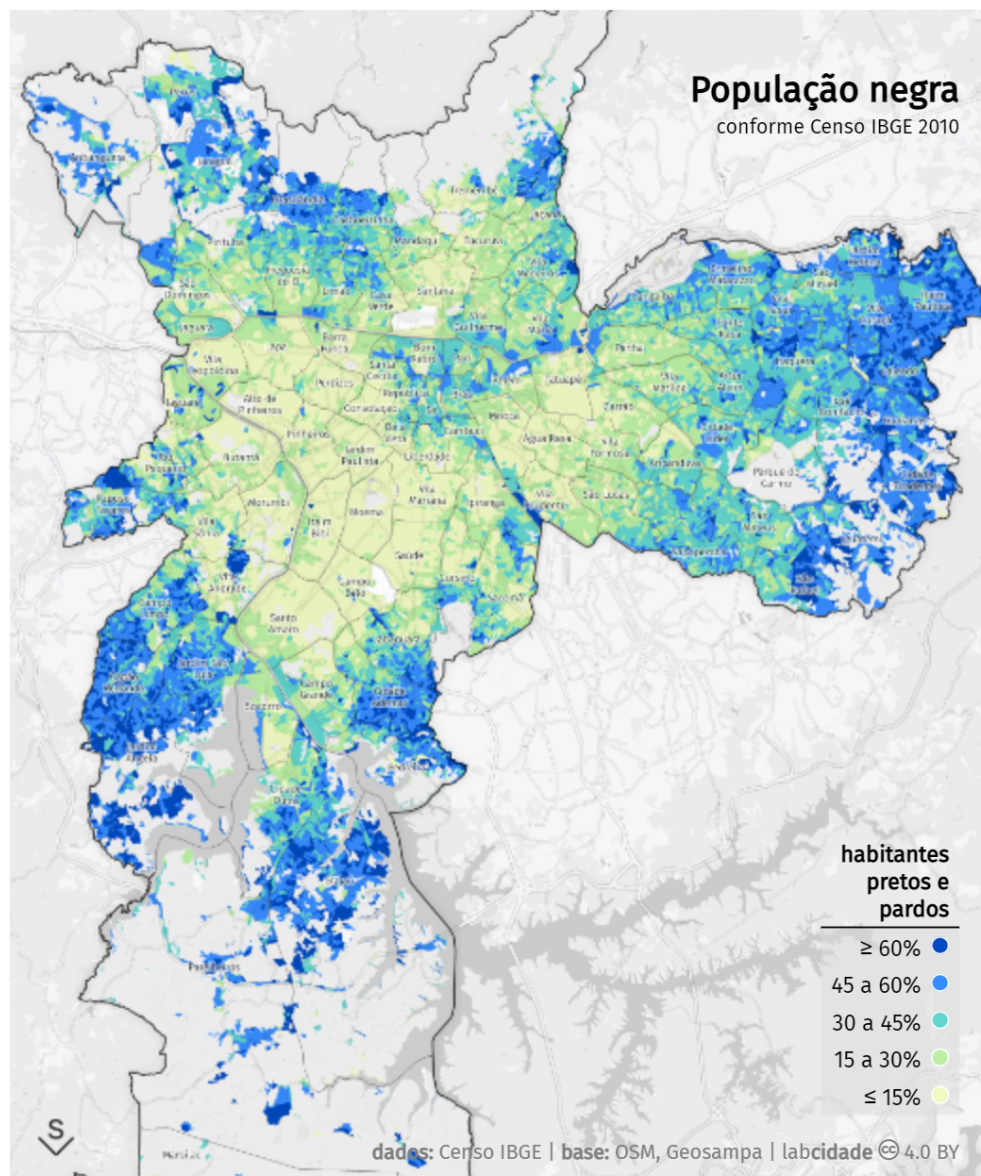
Figura 4: Mortalidade por Covid-19 do período entre março de 2020 e março de 2021. LabCidade, 2021.

Figura 4: Mortalidade por Covid-19 do período entre março de 2020 e março de 2021. LabCidade, 2021.



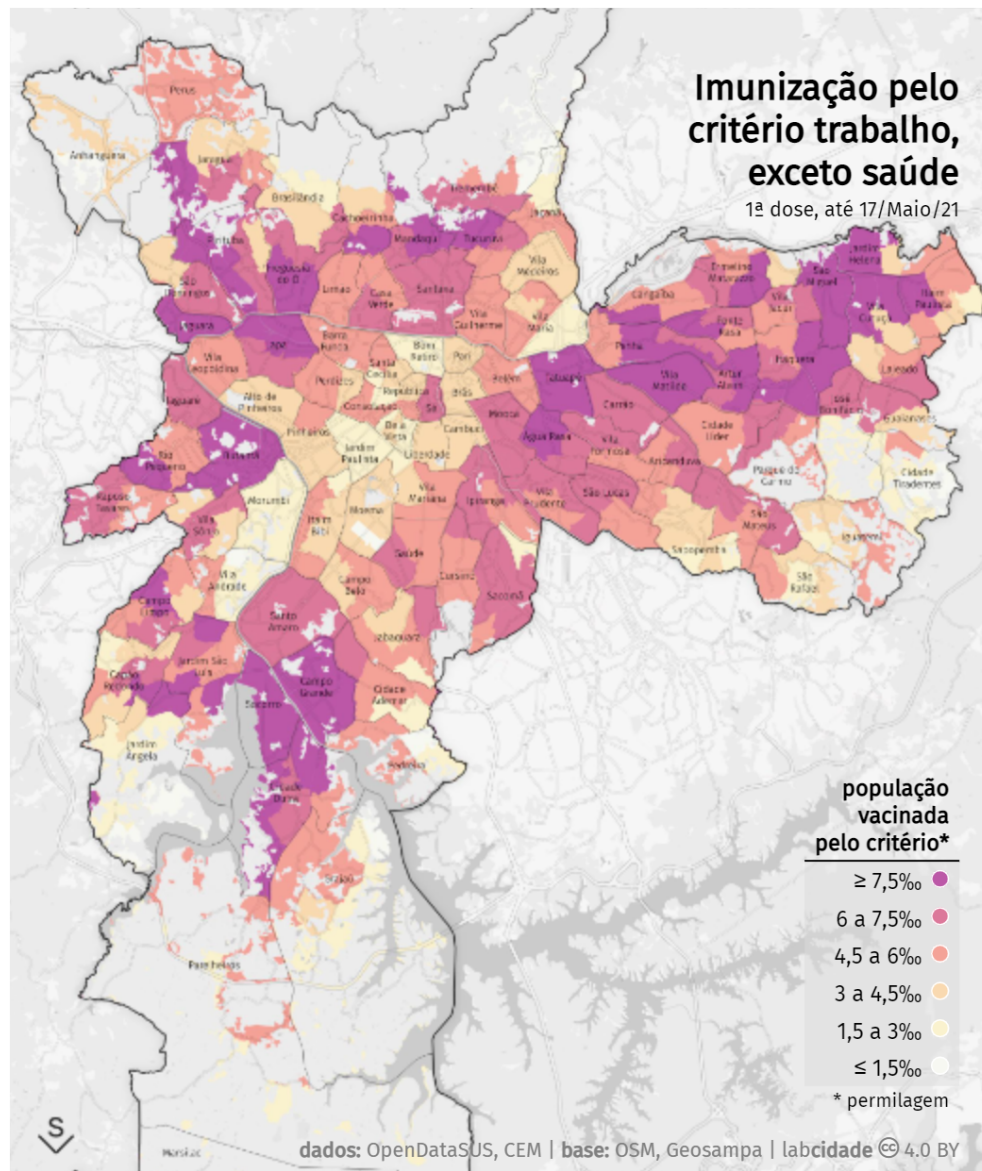
Fonte: Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, 28/05/2021. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/prioridade-na-vacinacao-negligencia-a-geografia-da-covid-19-em-sao-paulo/>

Figura 5: Mapeamento da população negra segundo Censo IBGE 2010. LabCidade, 2021



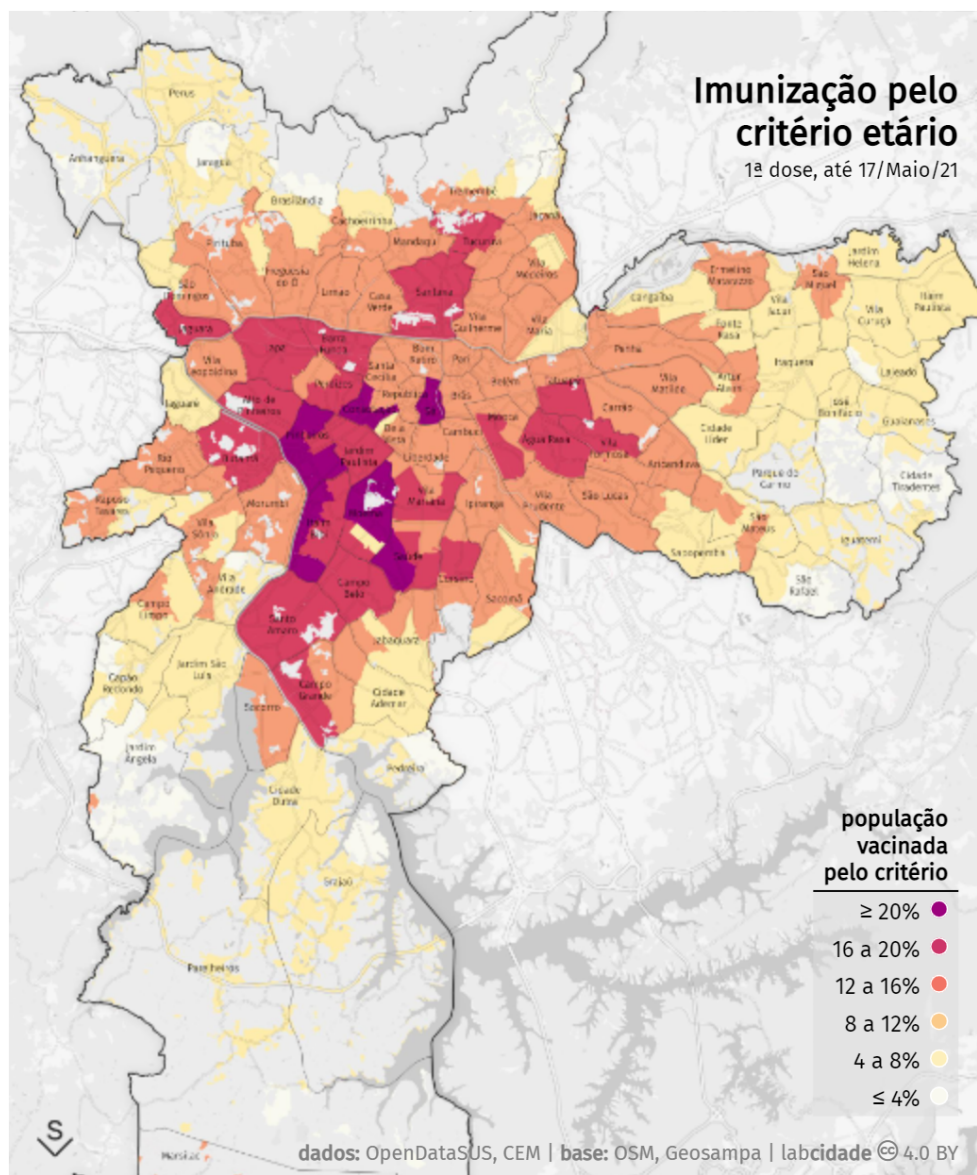
Fonte: Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, 28/05/2021. Disponível em:
<http://www.labcidade.fau.usp.br/prioridade-na-vacinacao-negligencia-a-geografia-da-covid-19-em-sao-paulo/>

Figura 6: Imunização de uma dose da vacina contra o Covid-19 até 17 de maio de 2021 segundo critério de trabalho, exceto saúde. LabCidade, 2021.



Fonte: Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, 28/05/2021. Disponível em:
<http://www.labcidade.fau.usp.br/prioridade-na-vacinacao-negligencia-a-geografia-da-covid-19-em-sao-paulo/>

Figura 7: Imunização de uma dose da vacina contra o Covid-19 até 17 de maio de 2021 segundo critério etário. LabCidade, 2021.



Fonte: Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, 28/05/2021. Disponível em:
<http://www.labcidade.fau.usp.br/prioridade-na-vacinacao-negligencia-a-geografia-da-covid-19-em-sao-paulo/>



INSTITUTO CAMINHO DA PAZ
CNPJ: 04.000.633/0001-50

OFICINA: TEMPEROS E ESPECIARIAS + BURGER VEGANO

sábado 24/07
10h às 12h

inscrições pelo WhatsApp
1192017-4158
vagas limitadas

para todas as idades

Rua Daniel Cerri, 1078 - Jardim Paraná/Brasília - São Paulo
(11) 92017-4158 @InstitutoCPaz @InstitutoCaminhoDaPaz



INSTITUTO CAMINHO DA PAZ

MUTIRÃO DO BEM VIVER
em resposta à pandemia

Espaço Coletivo Iroco

Oficina de Macramê

Domingo, 12/09 • 10h às 12h

Inscrições pelo WhatsApp
1192017-4158

Local: Instituto Caminho da Paz



INSTITUTO CAMINHO DA PAZ
CNPJ 04.090.631/0001-07

**OFICINA:
HORTA DE QUINTAL**

sábado 10/07
10h às 14h

inscrições pelo WhatsApp
1192017-4158

vagas limitadas

Rua Daniel Cerri, 1078 - Jardim Paraná/Brasilândia - São Paulo
(11) 92017-4158 @InstitutoCPaz @InstitutoCaminhoDaPaz @InstitutoCaminhoDaPaz



INSTITUTO CAMINHO DA PAZ



MUTIRÃO DO BEM VIVER
em resposta à pandemia

Espaço Coletivo Iroco

Oficina de Ervas



Sábado, 18/09 • 10h às 12h

Inscrições pelo WhatsApp
1192017-4158

Local: Instituto Caminho da Paz

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Conforme Res. n. 466 de 12/12/2012 – MS/CNS/CONEP

Você está sendo convidada (o) a participar do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: *“Aqui a Gente faz tudo que o Estado não faz”*: um estudo psicossocial sobre formas de resistências ao Necrocapitalismo no Jardim Paraná sob responsabilidade da pesquisadora Ângela Scatena Moreto e orientação da Profª Drª Cris Fernandez Andrada. Após as explicações dadas pela pesquisadora sobre temática e metodologia da pesquisa, entendo que sou convidado(a) a participar desta pesquisa porque sou trabalhadora do Instituto Caminho da Paz e atuo na construção de projetos que visam melhorar a vida no bairro.

Caso eu aceite participar dessa pesquisa, autorizo que algumas de minhas falas sejam usadas para compor o trabalho. Tais dados serão guardados e usados unicamente para a pesquisa. Caso eu manifeste o desejo de que minha identidade permaneça revelada no depoimento, meu desejo será respeitado e meu nome será mantido. Em um segundo momento, terei acesso ao que foi escrito pela pesquisadora. Poderei escolher livremente o que deve ser mantido ou retirado do conteúdo, bem como poderei acrescentar ou modificar informações anteriormente dadas.

Eu sei que a participação nesta pesquisa é absolutamente voluntária e não remunerada. Eu tenho o direito de retirar meu consentimento a esta pesquisa a qualquer momento sem que haja nenhum prejuízo às minhas relações com as pessoas envolvidas na pesquisa.

Se eu tiver alguma questão ou comentário sobre a participação nesta pesquisa, eu posso entrar em contato com a pesquisadora Ângela Scatena Moreto, no telefone **(11) 98809-7210** ou no e-mail **ge_moreto@hotmail.com**. Ou com o Comitê de Ética em Pesquisa da PUC/SP campus Monte Alegre das áreas de Ciências Humanas e Sociais: A Secretaria do CEP-PUC/SP Monte Alegre está localizada no térreo do Edifício Reitor Bandeira de Mello (Prédio Novo), na sala 63-C, na Rua Ministro Godói, 969 - Perdizes - São Paulo - SP - CEP: 05015-001. Tel./FAX: **(11) 3670-8466** | e-mail: **cometica@pucsp.br**.

Autorizo o uso de minha entrevista coletada nas publicações decorrentes desta pesquisa. Caso prefira, poderei solicitar meu anonimato ou outras restrições, conforme escrito na linha abaixo:

São Paulo, ____/____/____

Assinatura da (o)
participante: _____

Nome: _____

Eu, Ângela Scatena Moreto confirmo que informei e expliquei o conteúdo e forneci uma via ao participante deste documento.

Assinatura da
pesquisadora: _____

Ângela Scatena Moreto

Faculdade Ciências Humanas e da Saúde (FACHS)

Curso de Psicologia - PUC-SP

